

Universidade Federal do Paraná

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

REVISTA DE ECONOMIA

ANO 15

1988

Nº13

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
RUA DR. FAIVRE 405
CEP 80060 CURITIBA PARANÁ BRASIL
FONE (041) 264-5722

REVISTA DE ECONOMIA

Diretor: Prof. Alceu Souza

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Ademir Clemente

Prof. Fábio Doria Scatolin

Prof. Napoleão de Araujo

Prof. José Benedito de Paula

Prof. Joviano Nóbrega

Prof. Mariano Mattos de Macedo

Prof. Romeu Telma

Prof. Taras Savytzky

Prof. Zaki Akel Sobrinho

Normalização: Sara Burstein CRB-9/119

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade
de seus autores

ISSN - 0556 - 5782

REVISTA DE ECONOMIA

Universidade Federal do Paraná

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

CURITIBA - 1988

SUMÁRIO

Oscar Sanches Monteiro - O processo de industrialização.....	1
Rodrigo Ferrada Benavides - Do velho sonho à realidade: ferrovia da produção	9
Cássio Frederico Camargo Rolim - A vida nas cidades: duas visões	29
Blas Caballero Nunez - Índice de custo de vida - despesa com alimen- tação	43
Luiz Alexandre Cunha - Debates e controvérsias sobre a agricultura brasileira	59
Monografias apresentadas - Curso de Especialização em Administração de Cooperativas	79

R. Econ.	Curitiba	v.15	n.13	p.1-79	1988
----------	----------	------	------	--------	------

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO *

Oscar Sanches Monteiro*

No sentido universal, o homem vem evoluindo, em seus níveis de bem-estar, passando por formas econômicas predominantes, em função de sua percepção do meio que o cerca.

Iniciou suas atividades pela apropriação dos elementos ligados ao solo, imediatamente perceptíveis, criando as atividades ligadas à agricultura e domesticação animal, desenvolvendo a partir da ampliação de suas percepções e racionalidade, novas formas de conhecimento, as quais foram sendo aplicadas à produção, criando desse modo novas atividades econômicas pela formulação de novos processos produtivos.

Ao longo da Idade Média, a atividade tipicamente agrícola do Regime Feudal, foi, paulatina e sucessivamente, transferindo à atividade comercial a predominância do processo decisório, passando gradativamente ao "Estágio Mercantil" o comando dos fatos econômicos.

A atividade comercial, então detentora do poder de mando, para crescer, requereu a expansão sempre crescente das quantidades transacionadas, as quais só poderiam ser obtidas pela expansão: do número de indivíduos para novas transações (criação de novos mercados) e do número de produtos para troca

* Artigo recomendado pelo Centro de Pesquisas Econômicas/UFPR.

Ao publicar este trabalho do Professor OSCAR SANCHES MONTEIRO, o Departamento de Economia da UFPR deseja manifestar o eterno agradecimento pelo exemplo de dedicação e espírito de amizade que ele sempre dedicou aos seus colegas. Oscar Sanchez, além de Professor, foi Coordenador do Curso de Economia e fez parte do Conselho Editorial desta Revista.

Oscar Sanches Monteiro * 30.09.1932

† 04.08.1987

(criação de novos bens). Daí o período Mercantilista ter-se caracterizado pela "descoberta" de novas terras e concentração urbana, esta última causada pela expansão da atividade manufatureira, representada pela criação de novos produtos e expansão da atividade produtiva, ampliando as quantidades produzidas, alimentadoras do crescimento da atividade comercial.

A expansão manufatureira, por sua vez, trazia em seu bojo a necessidade de integração, acarretando a concentração produtiva, ou seja, a necessidade da criação de unidades de produção que se complementassem entre si, com a finalidade de aumentarem as quantidades produzidas, requeridas pela atividade comercial em expansão. Como decorrência a atividade manufatureira foi concentrando-se e fortalecendo-se, acarretando a expansão urbana. As cidades tanto mais se fortaleciam quanto mais intensa fosse sua atividade conjugada, comercial-manufatureira, passando gradativamente a dinâmica da atividade econômica à Manufatura, alimentadora do estado Mercantil.

O "parque manufatureiro" instalado na Inglaterra, pela sua alta concentração e integração produtiva, à época, buscando novas formas de produção (a máquina a vapor é desenvolvida por Watt, sob encomenda, a partir do "carneiro hidráulico a vapor", há muito usado nas minas de carvão inglesas), encontra em nova forma de energia, o modo de ampliar as quantidades até então produzidas, dando origem pela "revolução industrial" a alterações profundas nos processos de produção, vindo a determinar o "estado industrial", o qual à medida que se consolida, vai adquirindo o poder do processo decisório, acabando por tornar-se o mandatário das decisões da atividade econômica.

A fase industrial é, portanto, uma decorrência da integração e concentração da atividade manufatureira.

De outra forma a ampliação dos conhecimentos humanos, pelo desenvolvimento da ciência, cada vez mais aplicada ao processo de produção, determina a evolução tecnológica, na qual

se baseia o "Estado Industrial" para criar a sua expansão e desenvolvimento econômico.

Isto posto, deve-se apontar as características diferenciadas, existentes no processo da evolução industrial das economias: "pólo" e "reflexa"; mais propriamente, as economias "pólo" possuem um processo de "desenvolvimento industrial", caracterizando a evolução universal dos modos de transformação, pela criação de novas formas produtivas, ampliando gradativamente a capacidade qualitativa e quantitativa de produção; as economias do tipo "reflexa" possuem um processo de "crescimento industrial" caracterizado pela ampliação quantitativa dos bens produzidos, sem possuírem as condições endógenas necessárias às mutações qualitativas inerentes ao processo de desenvolvimento. As economias "reflexa" dependem portanto da evolução produtiva das sociedades "pólo", para "importar" as formas de produção, necessárias à implantação de novas unidades produtivas que lhes fornecem os meios ao crescimento meramente quantitativo.

Como elucidação pode-se citar a "descoberta" da dirigibilidade e da flutuação do mais pesado que o ar, realizada por Santos Dumont, que se desloca de seu país de origem, com suas idéias e conhecimentos, para a França, uma vez que não possuía ao seu dispor, no Brasil, de um parque fabril que respondesse às suas necessidades de bens, que integrados, por iniciativa sua e conhecimento pessoal, redundariam na "descoberta"; o parque fabril francês, respondeu a tais necessidades.

A formação do setor industrial no Brasil se dá em etapas sucessivas via "processo de substituição de importação", sob as características de "economia reflexa".

À medida que a demanda interna se ampliava, tal crescimento era suprido pelo aumento correspondente de bens importados.

Para que esse processo funcionasse normalmente, sem desequilíbrios econômicos, a ampliação da produção interna teria que se dar de tal forma, que ampliasse a capacidade de exportar, em igual valor ao aumento da demanda por produtos importados, mantendo-se o equilíbrio do balanço comercial do país.

Nos períodos em que perdurou a crescente procura externa por produtos brasileiros, ampliou-se o poder aquisitivo pessoal no país, determinando sucessivos aumentos da procura e do nível de bem-estar social, através do suprimento sempre ampliado, dos produtos importados, trocados pelos bens exportados, também em crescimento constante.

Enquanto perdurasse o aumento da demanda externa, mantendo-se o equilíbrio econômico interno e do balanço comercial, o modelo funcionava em equilíbrio econômico estável, ampliando-se o nível de bem-estar social, com aumento gradativo da dependência externa por bens finais.

Nos períodos em que a demanda externa por produtos brasileiros diminuía, tornando os acréscimos à exportação menores do que os acréscimos pela procura de bens internamente, acréscimos esses que seriam supridos por bens importados, quebrava-se o equilíbrio econômico, gerando pressões sobre o balanço comercial, tanto mais intensas quanto maior fosse o déficit comercial com o exterior, obrigando a autoridade governamental ou a ação da própria atividade econômica, a reprimir as importações, e logicamente por via indireta, a reprimir a oferta no mercado interno, forçando por sua vez o desequilíbrio entre a demanda e a oferta, com graves reflexos sobre toda a atividade econômica, inclusive ampliando a pressão inflacionária.

Essas duas condições, aumento da demanda interna e repressão ao acréscimo de importação, causando aumento dos preços internos, abriam oportunidades de investimento, para a criação de unidades produtivas que suprissem o mercado interno, daqueles produtos os quais se retia a importação. Uma vez

realizado o investimento, criava-se nova unidade produtiva alimentando-se o processo de "substituição de importações".

Pode-se verificar, de pronto, que o modelo de industrialização via "substituição de importações" dá origem ao chamado processo de "Industrialização de Ponta", processo esse que se inicia pela "montagem" do bem final internamente, mantendo-se a pressão sobre a importação de bens intermediários, componentes desse mesmo bem final, e bens de capital necessários para a "montagem" inicial, acarretando na verdade um processo de sucessivas "substituições de importações" até a fase de absoluta impossibilidade de substituição por falta de matéria-prima básica ou até tecnologia.

À medida que esse processo de industrialização se intensifica, determina o surgimento de novos desequilíbrios econômicos.

O conhecimento científico do país, também reflexo, isto é, sem evolução própria, é incapaz de transformar-se em novas tecnologias produtivas, mantendo, portanto, o surgimento de novas unidades de produção vinculado à assimilação de tecnologia externa.

De outra forma, a ampliação do setor industrial gera um "efeito multiplicador" sobre as demais atividades econômicas, criando novas oportunidades de investimento, já agora sobre outros setores, que não somente o industrial, tais como, serviços de transporte, comunicação, comércio, extração mineral, etc.

Deve-se ainda ressaltar que tais oportunidades de investimento são decorrência do processo descrito, o qual alimenta "o caso típico do mercado em que a demanda é maior do que a oferta, ou seja, o crescimento da produção, embora seja elevado, mesmo assim, é inferior ao crescimento da demanda, que representa os anseios da sociedade", mantendo dessa forma em estado permanente as pressões inflacionárias e demais problemas de ordem econômica.

Pode-se, portanto, afirmar que o processo de industrialização brasileira, face à sua dinamicidade, "transbordou", acarretando um modelo de crescimento econômico global afetando todas as atividades produtivas do país.

A integração produtiva e sua alta dinamicidade ocorrida no Brasil, acarretaram altas taxas de crescimento da produção que, para serem mantidas, requerem a manutenção de altos níveis de investimento, até que a oferta final alcance, a níveis setoriais, o atendimento correspondente aos "anseios" da sociedade.

A sociedade brasileira, carente, não poupa o suficiente à manutenção do seu alto crescimento, o que aliado à falta de tecnologia, abriu a lacuna, da qual se aproveitou a empresa estrangeira, mais fortalecida em termos financeiros e tecnológicos do que a empresa nacional.

Na realidade, a empresa estrangeira ingressou mais intensamente na economia brasileira via atividades de infra-estrutura, réquerentes de grandes investimentos, à época: transporte ferroviário (Leopoldina Railway), transporte urbano e energia elétrica (Light And Power), geração e distribuição urbana de gás (Société Anonyme Du Gaz), entre outras.

Os demais vazios que se apresentavam à integração produtiva, normalmente atividades de baixa remuneração ao capital, ou que exigiam vultosos investimentos com grande prazo de maturação, ou ainda atividades julgadas de alto interesse nacional, não ofereciam por si, atratividade à iniciativa privada tanto nacional como estrangeira. Para que não houvesse estrangulamentos de monta, obrigaram o ingresso do Estado na atividade produtiva, energética e industrial do país, entre outras, sobrecarregando-o com essas atividades, além da geração dos serviços governamentais considerados "normais" à atividade do Setor Público, também sempre pressionados para oferecerem uma crescente expansão de atendimento.

Assim os setores produtivos do país dividem-se pelas empresas privadas nacionais e estrangeiras e pelas empresas e demais atividades governamentais, de acordo com o processo decisório estabelecido, no correr do tempo, pela sociedade brasileira, determinante da organização atual da produção.

O processo de crescimento econômico experimentado pelo Brasil, com base no modelo descrito teve como principal fator dinâmico a industrialização via "substituição de importações", tal modelo condicionou a uma liberação gradativa da dependência externa, no que diz respeito a bens e serviços acabados, paradoxalmente ampliou a dependência externa, por certas matérias-primas, tecnologia e recursos financeiros, ao mesmo tempo em que permitia o fortalecimento da empresa estrangeira operante no país.

A dependência tecnológica se deve ao relativo atraso existente na evolução do conhecimento científico internamente, que, grosso modo, para atendimento à maioria das atividades produtivas não se encontra adequado às necessidades da produção, fornecendo apenas uma pequena contribuição à criação de novas formas de transformação econômica e à melhoria da qualificação de mão-de-obra, cada vez mais exigida.

A dependência do capital financeiro se deve ao fato de a poupança interna ser insuficiente para atender aos níveis de investimento exigidos pelas altas taxas de crescimento econômico alcançadas. Como decorrência os altos níveis de investimento foram supridos em complementação à poupança interna, pelo ingresso de poupança externa, na forma de empréstimo e financiamento ao governo e à empresa nacional e estrangeira, e na forma de capitais de risco, efetuada pela empresa estrangeira, que como decorrência teve facilitado o seu fortalecimento no país.

Indubitavelmente, a estratégia adotada foi a de criar-se um "aparelho produtivo" que viesse a gerar internamente os

bens econômicos necessários à ampliação do bem-estar social, conseguindo paulatinamente substituir a importação até à sua última instância: a importação de matéria-prima e tecnologia.

A economia brasileira encontra-se no estágio final do modelo descrito, sendo poucos os segmentos produtivos em que o processo deve-se manter, o que ocasionará a formulação de uma nova estratégia: como liberar-se da dependência tecnológica, da dependência do capital financeiro externo, e como livrar-se da incômoda posição causada pelo modelo em seu processo cumulativo, a alta dívida externa.

SUMMARY

The development of industrial sector in Brazil happens at successive steps through "importation replacement process" under characteristics of "reflex economy". Through the analysis of this pattern we can notice the economic inter-relation since the beginning of industrial process in the country, as the interdependency with the entire economic activity. By this way we intend to begin a reflection about matters such as: the troubling instability of Brazilian economic equilibrium; the unique industrial advancement with no basic technology; the insufficient contribution of internal savings; the continuous development of inflation pressures. The present analysis is important as the Brazilian economy is at the final step of the described pattern, which it will generate a formulation of a new strategy that has to be necessarily less dependent and much more efficient than the previous one, related to the entire social welfare increase.

DO VELHO SONHO À REALIDADE: FERROVIA DA PRODUÇÃO*

Rodrigo Ferrada Benavides
Economista

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende fazer uma análise cronológica da gestação do cobijado projeto intitulado "FERROVIA DA PRODUÇÃO", com o intuito de demonstrar o caráter prioritário que reveste este estudo perante outros do mesmo gênero, atualmente em negociações com o Governo Federal.

O fato de o estudo em si conter uma história de mais de uma década, o que sem dúvida é de se respeitar, demonstra deficiências ocorridas no tratamento dado a estes estudos, ao nosso ver, decorrentes da manifesta falta de sincronização do sistema com a realidade nacional. Porém, num outro sentido, a existência destes antecedentes históricos apresenta-se como um fator dinamizador do dito Estudo Ferroviário.

O artigo limita-se às análises de implantação do projeto ferroviário (via permanente e material rodante) no âmbito nacional, levando em consideração a sua "área de influência" e as repercussões econômicas atuais e as previstas. Deixa-se de considerar outros fatores de reconhecida importância como o

* Artigo recomendado pelo Centro de Pesquisas Econômicas/UFPR.

O estudo foi apresentado como sendo a segunda versão da Ferrovia da Soja. A primeira teve sua origem em 1975; a obra fazia parte do programa de desenvolvimento ferroviário contemplado no I PND. Esta ferrovia teve até um projeto final e previa as ligações dos seguintes trechos: Paranaguá a Curitiba, Guarapuava a Cascavel e Cascavel a Foz do Iguaçu, num custo previsto de, aproximadamente, US\$ 500 milhões.¹ O projeto chegou a ter suas obras iniciadas, que, foram paralisadas por falta de recursos, em dezembro de 1983. Hoje, informa-se que as obras não continuaram porque o projeto não vendia seu produto, ou seja, a soja não era razão suficiente para viabilizar o empreendimento.

sistema intermodal de transporte (ferrovia, rodovia, hidrovía), a construção de uma usina hidrelétrica no vale do Ivaí no PR e, por último, não é considerada a repercussão a nível internacional da implantação do projeto em si, em que se deve destacar o caso particular de uma saída ao Pacífico via Bolívia - Chile (porto de Arica).

As negociações que estavam sendo realizadas no transcurso de 1987 pelo Governo Estadual, com empresas estrangeiras e com o próprio Governo Federal, já apresentam resultados concretos. No mês de novembro desse ano, foram anunciadas a público algumas das decisões tomadas, como: opção pelo projeto de viabilidade técnico-econômica apresentado pela Canadian Pacific, para a construção do trecho Guarapuava-Cascavel e posteriormente Cascavel-Guaíra. A execução das obras ficará dividida entre a Canadian Pacific e uma empresa privada paranaense indicada pela VALEC que detém a concessão da obra. Os trabalhos de acondicionamento do trecho Paranaguá-Curitiba ficam por conta da Rede Ferroviária Federal S.A. -RFFSA-, as matérias-primas e maquinária a serem utilizadas na obra serão cem por cento nacionais, o começo das obras ficou previsto para março de 1988. Quanto à proposta dos italianos, ela continua vigente nos pontos que tratam da construção da usina hidrelétrica no Ivaí-PR, que inclui projeto de irrigação, mais especificamente sobre o acordo portuário recíproco de utilização e gozo entre os portos de Guarapuava e Trieste, na Itália. No plano gerencial predomina a criação de uma empresa privada "joint-venture" cujo controle fica no Brasil.

No ano de 1979, veio a público um estudo de viabilidade da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte (GEIPOT), intitulado Corredor de exportação Mato Grosso do Sul-Paraná, prevendo a ligação dos seguintes trechos: Miranda, passando

por Dourados (MS), Cascavel, Engenheiro Gutierrez, Engenheiro Bley, Pinhais (PR) e desembocando no Porto de Paranaguá. No Paraná, já existia uma infra-estrutura consolidada para a implantação deste corredor ferroviário.

A "zona de influência" deste corredor compreendia uma grande extensão territorial: 354.111 km², dos quais 247.979 situados² no Mato Grosso do Sul e os 106.432 restantes, no Paraná. As potencialidades econômicas principais foram identificadas, para os estados, da seguinte forma: para o MS, atividades extrativas minerais e florestais, pecuária (bovino), e produção agrícola que, de acordo com as previsões, em dez anos suplantaria a do Paraná. Por outro lado, no Paraná, a ferrovia contemplaria, principalmente, a agricultura, a pecuária (suíno) e a indústria extrativa de minerais não-metálicos.

Na origem do estudo, fez-se referência a dois pontos essenciais: a necessidade de escoamento mais dinâmico da produção e a resolução da dependência do setor de transporte do Brasil com o petróleo.

Quanto ao primeiro ponto, considerando-se que a velocidade de crescimento da produção, principalmente a agrícola, apresentava-se superior aos investimentos com infra-estrutura de transportes, produziam-se sérios problemas de congestionamento de rodovias que, aliados ao grande distanciamento dos centros consumidores e de exportação, elevavam os custos dos produtos, desestimulando a produção agrícola e retardando o desenvolvimento econômico dos estados.

O segundo ponto pode ser explicado como sendo decorrente dos crescentes aumentos dos preços do petróleo e seus derivados, o que, associado ao panorama de uma balança de pagamentos pouco alentadora para o país, estimulou o Governo passado a considerar dentro da sua política de transportes a necessidade de o país aumentar sua eficiência na utilização de combustíveis derivados do petróleo. Para atingir este objetivo,

apresentou-se como alternativa mais econômica a implantação e estímulo à ferrovia, o que permitiria o aproveitamento de fontes energéticas renováveis, como, por exemplo, a eletrificação da malha ferroviária. Dessa forma, pretendia-se alcançar os objetivos propostos nas linhas mestras do programa dos transportes que deviam resultar em maior eficiência e na economia dos fretes internos dos produtos destinados aos grandes centros de consumo e ao mercado internacional.³

Após o levantamento das informações e suas análises, verificou-se o seguinte: primeiro, os custos do transporte ferroviário apresentavam uma economia de 35,33%, em média, e os gastos com combustíveis eram cinco vezes inferiores aos do transporte rodoviário. Isto era explicado, em grande parte, pelo potencial hidroelétrico dos estados - que permitiria dotar a ferrovia de tração elétrica - e pela grande capacidade de carga dos trens. Segundo, o terminal portuário de Paranaguá, que na época operava abaixo da sua capacidade, só precisaria de pequenos investimentos de ampliação para atender à demanda projetada. E ainda, as projeções do fluxo de transportes, no sentido exportação e importação, o escoamento da produção da "zona de influência" e as possibilidades de combinação das modalidades de transporte rodovia-ferrovia também se apresentaram como os de menores custos por km/t transportado.

Portanto, concluiu-se que o estudo era economicamente viável, sendo sua implantação prioritária para os estados desenvolverem seus potenciais e expandirem suas fronteiras agrícolas.

Desse modo, o Corredor de Exportação, ligando a cidade de Miranda (MS) ao Porto de Paranaguá (PR) numa extensão total de 1.264 km, da qual, descontados os trechos que estavam em operação (110 km), restava um total real a ser implantado de 1.154 km, a um custo aproximado de US\$ 1.012 bilhão, foi aprovado, mas não conseguiu ser implementado. Atualmente, a implantação deste Corredor é impostergável, para assegurar aos

estados competitividade nos seus produtos a nível internacional, pois, uma vez que se comprometa o principal sustento econômico desses estados - a agricultura, o país como um todo sofrerá seus efeitos.

Em março/abril de 1985, após uma década do projeto original "Ferrovia da Soja", são reiniciados os estudos, que, pelo novo traçado e principalmente por motivos de marketing, recebeu o nome de "Ferrovia da Produção".⁴

O interesse pelo estudo surge durante a visita da missão de empresários paranaenses chefiada por representante do Governo Estadual, ao Japão, em 1985, onde a Mitsui Corporation fez uma oferta tentadora de financiamento (US\$ 200 milhões); em 1986, elevou-se a oferta para US\$ 800 milhões, caso o Paraná desenvolvesse tal projeto. As condições do financiamento seriam as do mercado, com o condicionante de que 20 a 25% do empréstimo fosse utilizado em equipamentos japoneses. Existe, porém, a possibilidade de tal empréstimo ser pago através de contratos de venda, a longo prazo, de grãos.⁵

O Governo, numa política de duplo alcance, prevê que através do aumento da utilização do transporte ferroviário haverá uma considerável redução dos custos dos fretes e uma melhor utilização dos transportes dependentes de derivados de petróleo, ou até, na melhor das hipóteses, a substituição deste por fontes energéticas renováveis. Isso elevaria a competitividade dos preços dos produtos no mercado internacional, aliviando, conseqüentemente, a balança de pagamentos.⁶

Deve-se ressaltar que com a implantação da Ferrovia da Produção se estaria cumprindo um tratado de interconexão existente entre Brasil e Paraguai, assinado em 11 de abril de 1980.⁷

Dentro desse panorama é que se originam as nomeações das comissões, que trabalharam nos estudos da Ferrovia da Produção, sendo a primeira comissão constituída pelo Ministério dos Transportes, integrada por técnicos do GEIPOT, RFFSA e

SETR/PR, que teriam por finalidade analisar os estudos de viabilidade e projetos de engenharia já existentes e propor programas de trabalho e cronogramas para a realização de estudos e projetos complementares de engenharia. A segunda comissão, constituída pelo Governo do Estado e empresários paranaenses, com a assessoria técnica da equipe da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, teria por finalidade promover atividades empresariais visando à elaboração do anteprojeto da viabilidade técnica e econômica do Corredor de Exportação.

Inicialmente, no plano de viabilidade da CVRD, apresentaram-se duas alternativas de conexão ferroviária ao Porto de Paranaguá. A primeira previa a ligação de Cianorte, ponto atual dos trilhos, a Umuarama e a Guaíra, de onde bifurcam dois⁸ ramais: um no sentido Mato Grosso do Sul e outro Assunção (Paraguai).

A CVRD opta pela segunda alternativa, por ser economicamente mais viável, tanto nos custos do material rodante quanto nos operacionais, além das projeções de produção agrícola a favorecerem. O sistema inicia-se em Paranaguá, passando por Curitiba, Engenheiro Bley, Engenheiro Gutierrez, Guarapuava, Cascavel e Guaíra, onde divide-se em dois ramais: um de Guaíra a Assunção, no Paraguai, e outro, de Guaíra até Miranda, passando por Dourados (MS), numa extensão total de 1.340 km, dos quais 394 km se encontram em operação ferroviária e 946 km deverão ser construídos. Esta obra exige um investimento total de US\$ 1.571 bilhão*, correspondendo US\$ 1.041 bilhão a gastos em infra-estrutura e US\$ 530 milhões, em material rodante, calculados para implantação em bitola métrica e num prazo de cinco anos, a partir de janeiro de 1987.

* Não sendo incluído no total o custo de construção do trecho Dourados-Miranda.

Segundo o relatório de viabilidade da CVRD, a zona de influência da ferrovia é a seguinte: da superfície total do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Misiones na Argentina e Sudeste do Paraguai, abrangendo cerca de 1,1 milhão de Km², foi considerada como zona de influência da Ferrovia da Produção a área de 782.000 km², representando aproximadamente 70% da área geográfica,⁹ e seu potencial agrícola e pecuário foi calculado em 210.000 km², ou seja, 27% da zona de influência. De acordo com a comissão constituída pelo Ministério dos Transportes, a área de abrangência é de 676.000 km²; deste total, foram considerados como áreas potenciais, agrícola e pecuária, 257.000 km².¹⁰ A diferença se deve à utilização, nos cálculos, da zona de influência dos portos de Paranaguá e São Francisco do Sul. Quanto ao potencial econômico da zona de influência, na agricultura, destacam-se os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. O Paraná, em 1984, foi o primeiro produtor de trigo e milho e o segundo de soja, do país; Mato Grosso do Sul, no mesmo ano, ganhou posição importante na produção de soja, arroz e milho. As projeções referentes à produção agrícola indicam para esses estados safras crescentes, sendo as principais soja, milho e trigo. Isso também se deve a sua baixa densidade demográfica - perto de dois hab./km², fazendo-se pressupor a rápida ocupação dessas áreas, diminuindo, assim, o fluxo migratório do homem do campo às cidades.

A pecuária, por sua vez, tem sido muito significativa na economia desses estados, destacando-se o Mato Grosso do Sul, cujo rebanho bovino atingiu, em 1984, 13,8 bilhões de cabeças, possuindo ainda grande capacidade de ampliação do setor, devido às possibilidades de expansão da sua fronteira agrícola. Na indústria, destaca-se o potencial do Paraná, que apresenta melhores condições de desenvolvimento, principalmente nos ramos de cimento, refino de petróleo (Araucária), óleos vegetais, metalúrgico e outros; em Santa Catarina, destacam-se

as indústrias têxtil, de papel e papelão, madeira, plásticos e frigoríficos.

No setor extrativo mineral, podem ser mencionadas, por exemplo, as jazidas de minério de ferro e manganês do Mato Grosso do Sul, que representam 18 a 50% aproximadamente das reservas do Brasil. O Paraná, por sua vez, contribui principalmente com a produção de minerais não-metálicos, calcário, cimento e talco - 20% da produção brasileira.

Dentre os energéticos, destacam-se a energia hidráulica e o álcool, principalmente a primeira, pois, segundo relatório da CVRD, dos 213.000 MW do potencial hidroelétrico brasileiro, 47% se localiza dentro da área de influência; o álcool, por sua vez, apresenta uma capacidade de produção no Brasil de 11,5 bilhões de litros anuais; deste total, quase 20% dos projetos aprovados encontram-se nessa área.

Dentre as estimativas de produção agrícola e industrial apresentadas nos relatórios das comissões, pode-se extrair que na agricultura, segundo relatório da CVRD:

as áreas propícias à agricultura na região de interesse (área de influência) foram reduzidas para:

- a) Estado do Paraná, 4,2 milhões de hectares;
- b) Estado de Mato Grosso do Sul, 5,6 milhões de hectares;
- c) Departamento do Paraguai, 5,2 milhões de hectares;
- d) Província de Misiones, 1,4 milhões de hectares.

correspondendo, em média, a 22% da área de influência da Ferrovia da Produção, num total de 16,4 milhões de hectares que, caso se leve em conta uma produtividade média de 1.600 kg/ha (média segundo relatório da SETR/PR), resultariam numa produção de 26.240 mil toneladas de grãos. Os produtos agrícolas

considerados mais significativos são a soja, o milho e o trigo, que, em 1984, representaram 60% da produção agrícola da área de influência, economicamente considerada utilizável. Na tabela 1, são apresentadas as previsões do relatório da CVRD sobre a produção de grãos.

TABELA 1 - POTENCIAL DE PRODUÇÃO DE GRÃOS, NO PARANÁ, SANTA CATARINA, MATO GROSSO DO SUL, PARAGUAI E MISIONES - 1990-2005

		(Em 10 ⁶ t)			
CULTURA	LOCAL	1990	1995	2000	2005
Soja	PR	5,3	5,5	5,5	5,5
	SC	0,5	0,6	0,6	0,7
	MS	3,8	6,1	8,3	8,3
	PGY	1,2	1,7	2,3	3,2
	MI	1,0	1,2	1,2	1,2
Subtotal		11,8	15,1	17,9	18,9
Milho	PR	6,7	7,0	7,0	7,0
	SC	1,9	2,2	2,6	3,1
	MS	0,4	0,4	0,8	1,0
	PGY	1,0	1,4	1,9	2,5
	MI	1,1	1,3	1,3	1,3
Subtotal		11,1	12,3	13,6	14,9
Trigo	PR	1,4	1,4	1,4	1,4
	SC	-	-	-	-
	MS	0,3	0,5	0,5	0,5
	PGY	0,1	0,2	0,4	0,5
	MI	-	0,1	0,1	0,2
Subtotal		1,8	2,2	2,4	2,6
TOTAL Grãos		24,7	29,6	33,9	36,4

FONTE: CVRD

Considerou-se nos cálculos das estimativas uma participação do transporte ferroviário, por produto, da seguinte ordem: soja, 80% de sua produção; milho, 20% e trigo 80%.

Em termos de indústria, nos relatórios das duas comissões, foram selecionados quatro produtos, pela sua maior representatividade em termos globais: calcário agrícola, fertilizantes, combustíveis líquidos e cimento. Dentre esses, os que apresentam atualmente maior demanda reprimida de transporte são cimento e combustíveis líquidos.

Diante das expectativas de crescimento da produção agrícola, é válido afirmar que haverá um acompanhamento proporcional de consumo de fertilizantes no período.

Com relação às estimativas dos fluxos de cargas a serem alocados ao transporte ferroviário, prevê-se, no sentido exportação, para 1990 uma produção de 9,8 milhões de toneladas e de 17 milhões, em 2005, ou seja: no período de 15 anos supõe-se uma taxa média de crescimento de, aproximadamente, 3,73%.

No sentido importação, as projeções foram elaboradas através da utilização de taxas estimativas de crescimento do consumo, indicando uma produção de 1,3 milhão de toneladas em 1990 e 1,8 milhão, em 2005, o que equivale a uma taxa média de crescimento de 2,04% para o período 1990-2005.

Como citado anteriormente, o investimento requerido para a execução do estudo foi estimado em US\$ 1.570 bilhão - US\$ 1.041 bilhão em infra-estrutura e US\$ 530 milhões em material rodante.

O cronograma de implantação da infra-estrutura está previsto para ser executado em cinco anos. No investimento em infra-estrutura (US\$ 1.041 bilhão), não foi contemplada a execução do trecho Dourados-Miranda, pois os estudos da CVRD e SETR/PR não recomendam sua construção imediata por ser economicamente inviável, devido à baixa demanda de transporte na região. Sugere-se, portanto, que este seja reavaliado no ano-base previsto para sua implantação, 1989.

Segundo consta no cronograma, as obras se iniciarão em três frentes, começando pelo trecho Curitiba-Paranaguá e Guaruapuava-Cascavel e terminando nas melhorias no trecho Curitiba-Engenheiro Bley. Existe uma previsão de operação para a ligação Curitiba-Guaíra de quatro anos e para a Curitiba-Dourados de cinco.

Os investimentos em material rodante (US\$ 530 milhões) estão previstos para ter início dois anos após o início das obras, e serem totalmente incorporados ao sistema, de acordo com o aumento previsto da demanda.

Dentro desse panorama, é que estão sendo feitos vultosos investimentos por parte da PORTOBRÁS, BNDES e do próprio Porto, visando duplicar sua capacidade atual de armazenagem e permitir receber navios de até 120 mil toneladas; um exemplo seria o protocolo de intenções assinado em dezembro de 1985¹² que prevê um investimento de Cz\$ 1.343 bilhões, no qual contemplam-se a construção de 350 m de cais, com plataforma de 16 m de largura e 13 m de profundidade, a instalação de equipamentos destinados a atender a carga de containers e a ampliação da capacidade dos armazéns. O prazo de execução das obras deverá compreender cinco anos, contados a partir de janeiro-86.¹³

Os custos dos fretes para os exportadores, segundo o estudo da CVRD, apresentarão a partir de 1996-2000 uma economia de ao redor de US\$ 100 milhões/ano, desde que utilizem o sistema ferroviário.

O sistema de transporte integrado permitirá fretes terrestres mais competitivos, que aliados à possibilidade de utilização de cargas combinadas no transporte oceânico- por exemplo, os supergraneleiros poderão ser parcialmente carregados com grãos no Porto de Paranaguá, completando sua carga com minério no Porto de Tubarão. Dessa forma, será conseguida a necessária competitividade dos excedentes exportáveis nos portos da Europa e do Extremo Oriente.¹⁴

Experiências recentes mostram que utilizando este sistema combinado pôde-se reduzir o custo, em alguns casos, a 50% ou mais; é o caso específico do frete ao Japão, que normalmente custava US\$ 30 e com a implantação do sistema combinado, passa a US\$ 15.

Um documento preparado pela American Soybean Association, em 1984, demonstra que há necessidade de melhorar o sistema de escoamento da soja, para torná-la competitiva em relação à norte-americana. O documento indica ainda que a maior vantagem dos EUA se refere ao seu baixo custo nos transportes internos: caso o Brasil venha a aperfeiçoar e expandir seu sistema ferroviário, as vantagens de custos de transporte que a soja nos EUA desfruta atualmente diminuirão.¹⁵ Dessa forma, o documento conclui que qualquer economia no frete oceânico igual ou inferior a US\$ 8/t, tanto no destinado ao Japão quanto à Comunidade Econômica Européia - CEE -, torna a produção brasileira de grãos competitiva, quando comparada à norte-americana.

Atualmente, o Governo Federal, pela sua política de contenção dos investimentos públicos, não tem condições de arcar com o custo da obra, em decorrência dos grandes compromissos financeiros internacionais do país.

Uma saída para o impasse seria a criação de uma companhia mista, multinacional, com capital de risco de empresários brasileiros, argentinos, paraguaios¹⁶ e de outros países que manifestem interesse, além do Governo paranaense. O capital próprio pode ser captado daqueles beneficiados diretamente com tal empreendimento: o Estado do Paraná, que poderia entrar com 8%, provenientes do ICM, além da oferta da Mitsui; o agricultor exportador, com 12%; as empreiteiras construtoras, com 20% e a própria RFFSA, que participaria com a malha ferroviária existente. Esses recursos, somados, deveriam permitir que o controle acionário desta grande multinacional ficasse no Brasil.

A companhia funcionaria através de um comando unificado que se encarregaria de todas as operações para o escoamento e transporte da produção, pretendendo-se ainda que, ao longo do tempo, tenha seu próprio terminal portuário em Paranaguá para atender à nova demanda de cargas prevista. Em síntese, a companhia seria uma grande multinacional capaz de interagir com os compradores internacionais e estimular o fluxo de abastecimento interno, criando possibilidades de uma nova fonte geradora de empregos.

Outra proposta, ainda em fase de negociações, diz respeito às conversações mantidas durante o transcurso de 1987 com empresários italianos na intenção de que estes participem do projeto em questão. A princípio, a pretensão é criar uma empresa pública com a participação da FIAT-ITÁLIA. Nestes termos, as intenções do governo vão além do projeto inicial da ferrovia, conjugando-a à construção das ramificações ao Paraguai e ao Mato Grosso do Sul, como também, uma usina hidrelétrica capaz de gerar 120 mil KW no vale do Ivaí e alguns investimentos no porto de Paranaguá.¹⁷

Esta proposta apresenta-se muito atraente, tendo em vista que se enquadraria perfeitamente dentro do plano de metas do governo - no período 88/90 para o setor de Transportes - principalmente no ponto onde menciona as necessidades de infraestrutura básica de transporte, armazenagem e irrigação que garanta aumentos de produtividade, reduza a vulnerabilidade da produção às variações climáticas e promova a agilidade no escoamento das safras.

O governo italiano, apostando no projeto, destinou US\$ 2,5 milhões para o financiamento do projeto de viabilidade técnico-econômica da ferrovia da produção, os quais seriam basicamente utilizados pela FIAT-EMPRESID, que trata dos projetos ferroviários.

Além de incluir no projeto de viabilidade a navegabilidade de rios (Piquirí, Paraná e Ivaí), irrigação de 150 mil ha

e a construção de uma hidrelétrica no rio Ivaí, o maior interesse por parte dos italianos diz respeito às projeções de melhor aproveitamento do porto de Trieste (localizado no nordeste da Itália no mar Báltico) que atualmente se encontra com capacidade ociosa de 50%. Desta forma, foi proposto, e acreditado, em parte aceito pelos dois países (Brasil e Itália), a criação de uma "joint-venture" de administração portuária, que na base da reciprocidade, o governo paranaense participará de 20% do potencial portuário de Trieste e o governo italiano, por conseguinte, participará na mesma proporção do porto de Paranaguá.

As vantagens desse acordo são de vital importância para ambos os países, pois, além de preencher a capacidade ociosa do porto italiano, permitirá a colocação da produção agrícola brasileira, principalmente de grãos, no mercado europeu, através da interconexão do sistema ferroviário italiano ao do leste europeu, garantindo assim a distribuição dos produtos brasileiros nestes mercados, facilitadas ainda mais pelos termos do acordo que permite o armazenamento no porto europeu.

Por outro lado, representantes do governo paranaense estão mantendo contatos com empresários do Canadá e da França, no intuito de diversificar opções para o financiamento do projeto. De início, ficou acertada com a CANADIAN PACIFIC a participação na elaboração do plano de viabilidade técnico-econômico da ferrovia da produção. O estudo está sendo realizado paralelamente ao italiano; a vantagem para o Brasil nesta participação da Canadian Pacific, decorre da grande reputação que este conglomerado detém perante a iniciativa privada internacional (trata-se da maior empresa privada do setor ferroviário no mundo). Os resultados preliminares apontam para custos significativamente inferiores aos previstos no estudo da Companhia Vale do Rio Doce, em torno de US\$ 1,6 bilhão.

No que tange à participação do Canadá, esta será simbólica no controle acionário, em contrapartida terá uma ativa

participação a nível de know-how e o seu próprio management. Dentro desse esquema, a Canadian Pacific aposta numa "internacionalização de financiamentos de bancos canadenses e de outros países que são credores do Brasil como capital de risco para por intermédio de um banco brasileiro refinar a compra de ações da ferrovia por parte de pessoas físicas e jurídicas nas bolsas de valores.¹⁸ Neste raciocínio é que se enquadrariam os interesses franceses através do banco Indosuez, credor do Brasil em US\$ 600 milhões, e que está disposto a investir no projeto por meio da conversão da dívida em capital de risco.

Podemos perceber que os objetivos que direcionam as negociações são: executar a obra sem onerar diretamente os cofres da União; dinamizar a participação do setor privado nacional e internacional nos projetos de infra-estrutura, visando à melhoria operacional, e garantir retornos atrativos no médio prazo aos acionistas; garantir mercados e competitividade dos produtos agrícolas no mercado internacional; gerar empregos direta e indiretamente através da utilização de serviços e produtos de origem nacional, entre outros.

As fontes previstas para o autofinanciamento do projeto englobam várias opções, créditos comerciais, conversão de dívida, concessões de exploração, participações no capital acionário dos agentes executores e beneficiados pelo empreendimento- empreiteiras, cooperativas, etc.

O andamento das negociações indicava como prazo para as definições o final de 1987. No entanto, já se fala de uma opção feita pelo governo estadual, favorecendo a Canadian Pacific, a qual, por sua vez, se fusionaria com a VALEC Engenharia e Construções, que detêm a concessão da construção, uso e gozo da ferrovia da produção, oficializada por decreto assinado em maio de 1987. Esta opção não implica o descarte da proposta italiana no que diz respeito ao acordo portuário, irrigação e construção da usina hidrelétrica no vale do Ivaí.

Para finalizar, convém ressaltar que a atual predominância do transporte rodoviário sobre as demais modalidades de transportes implica necessariamente uma série de distorções sócio-econômicas, nas quais a rodovia se apresenta como um freio ao crescimento agrícola-industrial, que repercutirá negativamente na formação das rendas estaduais e na geração de divisas, além de ser mais um agente realimentador do processo inflacionário do país,¹⁹ pois a utilização preferencial do sistema rodoviário torna-se cada vez mais onerosa aos estados, devido ao seu alto custo de manutenção.

No quadro 1, tentar-se-á mostrar, de forma resumida, alguns argumentos utilizados pelos diferentes órgãos interessados na implantação da Ferrovia da Produção.

O Estado do Paraná aparece como um dos grandes interessados na diversificação de seus sistemas de transportes, tendo em vista que poderá se defrontar, num prazo de dez anos, com uma incapacidade de dar vazão à totalidade das futuras safras. Sendo a produção agropecuária seu principal sustento econômico, a implantação da Ferrovia será fundamental no futuro do próprio Estado.²⁰

QUADRO 1 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA FERROVIA DE PRODUÇÃO

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Diminuição do crescente consumo energético de petróleo importado	A posição das duas estatais, RFFSA e PORTOBRAS, que operam diretamente seus serviços, impedindo a entrada da iniciativa privada, para adequar o sistema integrado à realidade internacional
Maiores preços pagos aos empresários rurais	Contenção dos investimentos federais
Acentuada vantagem nas tarifas de fretes por t/km	Insucesso da Ferrovia do Aço
Diminuição das perdas quantitativas dos produtos no momento de serem transportados	Existência da especulação imobiliária dentro da zona de influência, o que pode fazer com que os pequenos agricultores não sejam contemplados com o benefício, podendo, assim, induzir a uma maior migração às cidades.
Menores preços a nível interno e externo dos bens de consumo alimentar	
Aumento das exportações primárias	
Elevação da venda agrícola e consequente aumento da arrecadação fiscal	
Diminuição da migração das áreas rurais para os centros urbanos	

SUMMARY

The present article wants to show in a abstract form, some of the principals economics factors that the project of "Ferrovia da Produção" is going to help, taking on mind their great multiplicator efect that has in the economics structure of the country. Principally the sector relationed with the international business.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 FERROVIA um desafio ao PR. Cadernos do PMDB/PR, Curitiba, 1(1):47-8, out. 1983.
- 2 EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. Corredor de exportação ferroviária: MS-PR. Curitiba, 1979. p.5.
- 3 _____. p.30
- 4 FELTRIN, Ariverson. Um novo marketing para uma idéia muito antiga. Gazeta Mercantil, São Paulo, 25 set.1985, p.3.
- 5 LACHINI, Cláudio. Concluído o plano de viabilidade. Gazeta Mercantil, São Paulo, 19 fev.1986. p.9.
- 6 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Ferrovia da produção. s.l., 1986. p.3.
- 7 PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Ferrovia da produção. Curitiba, 1986. p.2.
- 8 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, p.11.
- 9 _____. p.14.
- 10 PARANÁ. Secretaria dos Transportes, p.9.
- 11 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, p.23.
- 12 FABRIS, Valério. Paranaguá ainda tem capacidade de expansão. Gazeta Mercantil, São Paulo, 25 set.1985.
- 13 PORTO de Paranaguá será ampliado. Gazeta do Povo, Curitiba, 3 dez.1985, p.32.
- 14 LACHINI, p.9.
- 15 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, p.28.
- 16 LACHINI, Cláudio. Uma empresa mista com sócios em muitas partes. Gazeta Mercantil, São Paulo, 25 set.1985. p.8.
- 17 _____. Canadian Pacific deverá entregar estudos de viabilidade neste mês. Gazeta Mercantil, São Paulo, 15 set.1987, p.10.

- 18 LACHINI, Cláudio. A ferrovia sai do papel. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28 out.1987. p.12.
- 19 FERROVIA um desafio, p.68-9.
- 20 RIZZI, Alceo. O perigo do colapso em apenas 10 anos. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 set.1985. p.5.

A VIDA NAS CIDADES: DUAS VISÕES

Cássio Frederico Camargo Rolim
Prof. do Depto. de Economia da
UFPR

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho vai procurar apresentar a visão de dois autores, praticamente "clássicos", sobre a organização social em áreas urbanas.

Os seus trabalhos estão separados por mais de 30 anos, no entanto, dada a grande influência e aceitação das idéias do primeiro, a discussão ainda é muito atual.

O primeiro deles, Louis Wirth é um dos representantes mais brilhantes da Escola de Chicago, iniciadora dos chamados estudos de Ecologia Urbana. A essência do seu trabalho consiste em tentar explicar certas características da vida nos centros urbanos como decorrentes do crescimento e adensamento desses centros, contrapondo-as às características da vida no campo.

O segundo deles, Manuel Castells, utilizando a metodologia marxista, vai contra-argumentar dizendo que essas características não são próprias da vida nas cidades, mas sim, são decorrentes de uma determinada etapa da evolução do modo de produção capitalista.

Procuramos fazer uma exposição, a mais detalhada possível, do argumento dos autores na pressuposição de que os leitores estão conhecendo-os pela primeira vez.

2 LOUIS WIRTH

Wirth começa seu trabalho chamando a atenção para a rápida urbanização do mundo contemporâneo e o papel que esse

* Artigo recomendado pelo Centro de Pesquisas Econômicas/UFPR.

fenômeno iria desempenhar na história da humanidade. Ele via claramente que essas transformações não poderiam ser avaliadas simplesmente em termos quantitativos, os seus aspectos mais importantes referiam-se ao predomínio das atividades urbanas sobre o destino da humanidade. Repetindo suas palavras ...

A característica marcante do modo de vida do homem na idade moderna é a sua concentração em aglomerados gigantescos em torno dos quais está aglomerado um número menor de centros e de onde irradiam as idéias e as práticas que chamamos de civilização... As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo.¹

Como para ele a cidade é fruto de um processo evolutivo, não se deve esperar uma ruptura abrupta com tipos de organização anteriormente existentes. Em outras palavras, o que ele apresentava era a famosa idéia do continuum campo/cidade. Ou seja, em termos ideais, no sentido weberiano, teríamos em um extremo uma cultura rural de "folk" com características tradicionais e no outro uma sociedade urbano-industrial e entre elas seriam classificadas as sociedades concretamente em análise.

Esse aspecto de sua obra foi e é fruto de infindáveis debates e tem uma influência muito maior sobre os cientistas sociais que geralmente se imagina. A partir dessa idéia, temos as subdivisões da economia rural e da economia urbana; geografia urbana e geografia agrária; sociologia urbana e sociologia rural, etc. Apesar de muitos desses cientistas não aceitarem tal distinção, na prática tem sido muito difícil fugirem a esses rótulos.

A próxima etapa do seu raciocínio é uma tentativa de conceituar sociologicamente a cidade. Ele considera que embora outras especialidades (economistas, geógrafos, etc.) tenham uma definição de cidade, a definição sociológica é importante à medida que possa mostrar a inter-relação entre elas uma vez que

¹ WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme, org. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p.97-98.

ênfatiza as "características peculiares da cidade como uma determinada forma de associação humana."² Assim sendo, para Wirth ... "uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos."³

Os elementos que ele utiliza para caracterizar a cidade são o tamanho, a densidade e uma certa heterogeneidade entre seus habitantes. Nenhum desses elementos isoladamente é suficiente para caracterizar a cidade, a atuação conjunta dos três em maior ou menor grau é que irá caracterizá-la.

Também é feita uma clara distinção entre urbanismo e urbanização. Ao formulá-la, novamente ele faz referência a uma das pontas do contínuo campo/cidade, desse modo

(...) Embora o urbanismo, ou aquele complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades, e a urbanização, que denota o desenvolvimento e as extensões desses fatores, não sejam encontrados exclusivamente em grupos considerados como cidade no seu senso físico e demográfico, encontram, não obstante, sua expressão mais pronunciada nessas áreas, especialmente nas cidades metropolitanas.⁴

Ele também adverte quanto ao perigo de confundir-se urbanismo com industrialização e capitalismo, pois em fases históricas anteriores também existiram cidades.

Após essas considerações, ele diz que ... "Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos."⁵

Com essa definição ele procura elaborar uma teoria sobre urbanismo. O seu objetivo é descobrir as formas de ação e organização social que aparecem nos centros urbanos, formas essas que são mais específicas à medida que se acentuem os elementos definidores da cidade (tamanho, densidade, heterogeneidade). Está claro nesse argumento que o urbanismo está plenamente definido nas metrópoles. Novamente surge a idéia do contínuo campo/cidade.

² WIRTH, p.99.

³ WIRTH, p.100.

⁴ WIRTH, p.103.

⁵ WIRTH, p.104.

Nessa teoria ele vai procurar explicar as relações existentes entre os elementos definidores da cidade. Um dos elementos mais importantes é o tamanho. A suposição básica é que um número elevado de indivíduos apresenta maior probabilidade de diferenciação

(...)Grandes números envolvem, como já foi dito, uma quantidade maior de variação individual. Além disso, quanto maior o número de indivíduos participando de um processo de interação, tanto maior a diferenciação potencial entre eles. É de se esperar que os traços pessoais, as ocupações, a vida cultural e as idéias dos membros de uma comunidade urbana, poderão, por isso, variar entre pólos mais amplamente separados do que aqueles de habitantes rurais.⁶

Essa diferenciação vai originar a separação espacial das pessoas em função de caracteres étnicos, sociais e econômicos; as relações entre as pessoas serão diferentes das existentes em comunidades tradicionais (folk) exatamente em função delas apresentarem origens diversas; os grandes números impedem o conhecimento pessoal da maioria dos habitantes e conseqüentemente há uma tendência ao desaparecimento dos vínculos de solidariedade e ao surgimento de mecanismos formais de controle; as relações entre as pessoas são segmentadas e utilitaristas; predominam os contactos secundários em lugar dos primários. Segundo ele essa diferenciação entre as pessoas também se apresenta institucionalmente pois, (...) "O caráter segmentário e as feições utilitaristas das relações interpessoais na cidade encontram sua expressão institucional na proliferação de trabalhos especializados que vemos na sua forma mais desenvolvida entre as profissões."⁷ A participação individual nas decisões do grupo é extremamente difícil, dessa forma cada pessoa delega poderes a um representante.

O papel da densidade (concentração de pessoas num espaço limitado) de certa forma vem realçar aqueles fenômenos decorrentes do tamanho. Ele vai buscar argumentos em Darwin e em Durkheim para mostrar que a densificação (...) "tende a produzir diferenciação e especialização, pois somente dessa forma é que a área poderá suportar o aumento numérico. A densidade, pois, reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens

⁶ WIRTH, p.107.

⁷ WIRTH, p.109.

e de suas atividades e sobre o aumento da complexidade da estrutura social."⁸

Segundo ele a densidade é responsável pela segmentação da cidade em áreas especializadas (residências de luxo, populares, comércio, indústria) e pelo acirramento da concorrência e exploração mútua dos indivíduos. No entanto o que impede a ocorrência do caos nessa comunidade é a obediência a certos controles e mecanismos formais (tipo sinal de trânsito, horários, respeito à tabuletas de aviso, etc.). Ainda segundo ele a densidade ao acentuar a diferenciação e estimular a competição entre as pessoas ocasiona a solidão(...)"Contato físico estreito frequente, aliado a grande distância social, acentua a reserva de indivíduos não ligados entre si e (...)"dá origem à solidão."⁹

A heterogeneidade propicia uma complexificação imensa da estrutura social. Os indivíduos passam a pertencer à diversos grupos, em alguns casos simultaneamente, tendo diferentes status em cada um deles. Isso se, por um lado, dificulta a solidariedade a um único grupo, por outro, facilita a mobilidade entre eles. Decorre daí que os indivíduos têm uma percepção segmentada da cidade e conseqüentemente torna-se muito difícil compreender o comportamento coletivo dessas massas urbanas.

No entanto, esse processo ao mesmo tempo que é diferenciador é nivelador, à medida que há uma despersonalização em decorrência das necessidades de produção em grande escala. Essa grande produção não é feita para atender preferências individuais, ela só viabiliza-se em escalas coletivas.

Em outras palavras, todos os processos levam à uma individualização extremada; no entanto, a escala de produção de bens e serviços adequada a esses grandes números obriga à concepção de um tipo médio padronizado.

A partir desse esboço teórico, Wirth propõe três perspectivas para a análise empírica do urbanismo como um modo de vida característico: uma perspectiva ecológica; enquanto forma de organização social; na perspectiva de uma análise da personalidade urbana e do comportamento coletivo. Nessa proposta transparece a sua visão dos fenômenos urbanos mais importantes. Vale

⁸ WIRTH, p.111.

⁹ WIRTH, p.112.

a pena repetir suas palavras

... O urbanismo como um modo de vida característico pode ser abordado empiricamente de três perspectivas inter-relacionadas: 1) como uma estrutura física consistindo uma base de população, uma tecnologia e uma ordem ecológica; 2) como um sistema de organização social envolvendo uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais, 3) como um conjunto de atitudes de idéias e uma constelação de personalidades dedicadas a formas típicas do comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos característicos de controle social.¹⁰

Na perspectiva ecológica ele considera a existência de dominância da cidade sobre o seu "hinterland", baseando-se no tipo de serviços que ela presta. Essa idéia assemelha-se às de Christaller,¹¹ no entanto não existe evidências de contacto entre eles. Além disso, ele aponta alguns fenômenos demográficos na população urbana que apresentariam características seletivas e diferenciadoras, entre eles a baixa natalidade nas áreas urbanas. Esse é um fenômeno empiricamente constatado, mas até hoje não explicado.*

Apesar de não compreender muito bem esses fenômenos, Wirth considera que a sua ocorrência em áreas urbanas apresenta especificidades que os tornam importantes objetos de análise.

No que se refere ao urbanismo enquanto forma de organização social, é sugerida a utilização de indicadores para avaliar o grau daqueles traços entendidos como característicos do modo de vida urbano, isto é, predominância de contatos secundários, enfraquecimento de laços de parentesco, declínio da família, desaparecimento da vizinhança, etc. Uma observação interessantíssima é a seguinte ... "Como um todo, a cidade desencoraja uma vida econômica na qual o indivíduo numa época de crise, tenha uma base de subsistência à qual recorrer, e desencoraja o emprego autônomo".¹² Na sua opinião, é o simples fato de habitar na cidade que leva os indivíduos a adotar tal comportamento econômico.

¹⁰ WIRTH, p.115.

¹¹ CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.

* Para o caso brasileiro existe a tentativa de explicação de PAIVA, Paulo de Tarso A. *Algumas hipóteses sobre as relações entre a proletarização e a fecundidade no Brasil*. São Paulo, ANPEC, 1980.

¹² WIRTH, p.118.

Além disso, ele também diz que à medida que os indivíduos sentem-se impotentes, são obrigados a formarem grupos para atingir seus objetivos. Essa parte de seu raciocínio é um pouco contraditória, pois ele passa a maior parte do tempo apontando o isolamento das pessoas, mas, no entanto, a organização de grupos surge como a forma mais frequente de organização social nas áreas urbanas.

Quanto à personalidade urbana e ao comportamento coletivo, ele entende que embora os indivíduos participem de vários grupos para desenvolver suas atividades e manifestar suas preferências, isso não basta e tende a criar uma série de tensões e frustrações que acabam manifestando-se em um número elevado de suicídios, delinquência, crimes, etc.

Em linhas gerais, estes são os principais argumentos de Wirth sobre o que ele chamou "modo de vida urbano", ou ainda, são os principais argumentos daquilo que Castells vai criticar como o mito da "cultura urbana".

3 MANUEL CASTELLS

A obra de Manuel Castells talvez tenha tido um impacto tão grande quanto a de Louis Wirth. Ele analisa a questão urbana dentro de uma perspectiva histórica, entendendo-a como fruto das diferentes etapas da evolução humana. No entanto, concentra o seu trabalho na fase atual. Neste texto vamos nos basear no seu livro "La Question Urbaine" (Paris, 1972), utilizando a edição de 1977.¹³ As citações serão feitas em português, numa tradução livre do original.

Inicialmente ele faz uma delimitação do termo urbanização. Geralmente o termo é entendido como concentração espacial da população a partir de certo tamanho e densidade ou como a difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados "cultura urbana".

Essas duas visões, que Castells chama respectivamente de espacial e culturalista, estão intimamente vinculadas a uma determinada percepção ideológica do fenômeno. A (...) concepção

¹³ CASTELLS, M. La question urbaine. Paris, F. Maspero, 1977.

culturalista da urbanização baseia-se no seguinte pressuposto: a correspondência entre um determinado tipo técnico de produção (definido essencialmente pela atividade industrial), um sistema de valores (o "modernismo") e uma forma particular de organização do espaço, a cidade, cujos traços característicos são o tamanho e a densidade."¹⁴ Ele ataca esse argumento em uma parte de seu livro (II - A Ideologia Urbana), especialmente no capítulo "O Mito da Cultura Urbana".

Para desenvolver seus próprios argumentos concentra-se no ataque às obras dos "ecologistas" de Chicago, especialmente Wirth e Redfield.¹⁵ Conclui que essa cultura não é específica das cidades, mas sim que é característica da sociedade industrial capitalista. Também levanta evidências de que os critérios de tamanho e densidade são insuficientes para caracterizar o urbano, pois a justificativa para aceitá-los seria a mesma para aceitar uma dicotomia urbano/metropolitano. Assim sendo, o fenômeno urbano deverá ser entendido buscando-se o relacionamento historicamente estabelecido entre espaço e sociedade.

Analisando a formação das cidades desde a antigüidade ele conceitua que (...)

a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um grau de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural) que tornou possível a diferenciação do produto entre reprodução simples e ampliada da força de trabalho, originando um sistema de repartição que supõem a existência de: 1) um sistema de classes sociais, 2) um sistema político que assegure por sua vez o funcionamento do conjunto social e a dominação de uma classe, 3) um sistema institucional de investimento, particularmente no que se refere à cultura e à técnica, 4) um sistema de trocas com o exterior.¹⁶

Assim, a cidade do império romano era um lugar de administração e dominação que perde sua função social e praticamente

¹⁴ CASTELLS, p.21.

¹⁵ WIRTH, L., op.cit. e REDFIELD, R. *The Folk culture of Yucatan*. Chicago, University of Chicago Press, 1941.

¹⁶ CASTELLS, p.24.

desaparece com a queda do império; ressurgue na Idade Média pela união de uma antiga fortaleza e de um mercado, desenvolvendo características resultantes do relacionamento entre a burguesia mercantil e a nobreza. Em muitos casos ela atingiu nesse período uma autonomia muito grande que foi gradativamente destruída com o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Esse processo resultou numa homogeneização do espaço e portanto na diminuição das particularidades de cada centro. Citando Lefèbyre, Castells diz(....)

O desenvolvimento do capitalismo industrial contrariamente a uma visão ingênua muito difundida, não provoca o fortalecimento da cidade, mas sim o seu quase total desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo e organizado em torno de objetivos próprios. Na realidade, a constituição da mercadoria como mecanismo básico do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais em um espaço mais amplo, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam o desaparecimento da fusão entre uma forma espacial, a cidade, e a esfera de dominação de uma determinada classe social, a burguesia. A difusão urbana equivale justamente à perda do particularismo ecológico e cultural da cidade. Dessa forma, o processo de urbanização e a autonomia do modelo cultural "urbano" aparecem como dois processos paradoxalmente contraditórios.¹⁷

Assim a urbanização decorrente da Revolução Industrial e do desenvolvimento capitalista baseia-se na decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e migração para os centros urbanos existentes, proporcionando mão-de-obra para a indústria e também na passagem de uma economia doméstica a uma economia de manufatura e posteriormente a uma economia de fábrica, o que implica a concentração de mão-de-obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial.*

Assim sendo, a organização do espaço será determinada pela indústria. Mas essa indústria é na realidade fruto de um

¹⁷ CASTELLS, p.26-27.

* Nessa passagem Castells baseia-se em LABASSE, J. L'organisation de l'espace. Paris, 1966.

modo de produção específico, o modo de produção capitalista. Dessa forma a lógica da organização espacial, do "modo de vida urbano", tem de ser entendida a partir da lógica do desenvolvimento do capitalismo.

Não se trata simplesmente de estudar o comportamento social dentro de uma determinada estrutura espacial em oposição à outra, como se não existisse um nexos entre elas. Pelo contrário, a questão é como o desenvolvimento da sociedade cria novas formas espaciais. Nas palavras de Castells,

(...)Estas colocações permitem substituir a problemática ideológica exposta (conotativa da relação entre evolução técnica natural e evolução para a cultura das sociedades modernas) pela seguinte questão teórica: Qual é o processo de produção social das formas espaciais de uma sociedade e reciprocamente, quais são as relações entre o espaço constituído e as transformações estruturais de uma sociedade, no interior de um conjunto internacional, caracterizado por relações de dependência?¹⁸

Será dentro desse quadro geral que ele vai detalhar suas objeções às teses da "cultura urbana", ou do "urbanismo como modo de vida."

Ao discutir o argumento do continuum rural/urbano, (baseando-se na apresentação de Redfield que ele considera um aprofundamento de Wirth) ele apresenta a crítica fundamental, elaborada por Dewey, segundo a qual

(...)há uma variação concomitante entre a evolução das formas ecológicas e das formas culturais e sociais sem que se possa afirmar por isso que esta covariância seja sistemática nem, sobretudo, que as segundas sejam produzidas pelas primeiras. A prova está em que pode haver difusão da "cultura urbana" no campo sem que por isso se apague a diferença de formas ecológicas entre ambos. Seria necessário, portanto, conservar da tese do continuum rural/urbano seu caráter descritivo mais que fazer dela uma teoria geral da evolução da sociedade.¹⁹

¹⁸ CASTELLS, p.33.

¹⁹ CASTELLS, p.109-110, baseando-se em DEWEY, R. The rural-urban continuum: real but relatively unimportant. *American Journal of sociology*, 66:60-6, July 1960.

Segundo Castells, essa é uma das críticas que toca o ponto fundamental da questão. A maioria das outras gira em torno da ocorrência ou não dessas diferenças em contextos concretos.

Outras críticas apontadas são aquelas relativas às eventuais conexões causais entre as formas espaciais da cidade e o conteúdo social característico da "cultura urbana". Algumas (Duncan e Reiss)²⁰ indicam uma ausência de correlação estatística entre as variáveis tamanho e densidade e aquelas relativas à "cultura urbana" (renda, faixa etária, tamanho da família, escolaridade, etc.). Outras mostram a total diferença de conteúdo social e cultural entre as cidades pré-industriais, as dos primórdios da industrialização e as metrópoles atuais (Sjoberg e Ledrut).²¹

Permeando essa discussão está sempre presente uma "fusão-confusão" como diz Castells, entre a conotação espacial-ecológica e aquela relativa a um conteúdo cultural específico. O próprio trabalho de Wirth em última análise está tratando de um modo de organização social que é o da industrialização capitalista. Assim sendo a caracterização da "cultura urbana" que ele faz, (...) "não se define unicamente por oposição ao rural, mas sim por um conteúdo específico que lhe é próprio...".²²

Um outro argumento apresentado é que nos países socialistas as cidades apresentam traços semelhantes aos das cidades capitalistas, sugerindo novamente a existência de fenômenos comuns ligados a essa forma espacial, a cidade. Para Castells esse fato não é relevante pois

(...) existem determinantes tecnológicos semelhantes que podem desembocar em comportamentos parecidos; que isto fica reforçado pela presença viva de elementos estruturais capitalistas; que analogias formais dos comportamentos não têm sentido fora da estrutura social a que pertencem. Raciocinar de outro modo nos levaria a afirmar a unidade das sociedades devido ao fato de que todos comem e dormem mais ou menos regularmente.²³

²⁰DUNCAN, O.D. & REISS JR., A.J. Social characteristics of urban and rural communities. New York, J. Wiley, 1956. Citado por Castells.

²¹SJOBERG, G. Cities in developing and industrial societies: a cross-cultural analysis. In: HAUSER, Ph. & SCHNORE, L.F., ed. The study of urbanization. New York, J. Wiley, 1965.

²²CASTELLS, p.111.

²³CASTELLS, p.113.

Após a apresentação de todos esses argumentos, Castells se opõe à utilização do termo "cultura urbana" para esse sistema de comportamento ligado à sociedade capitalista, pois isso sugere que essas formas de comportamento são fruto de uma forma ecológica, a cidade. Tal raciocínio é absurdo, pois ... "nunca ocorreu, nem poderá ocorrer, na evolução das sociedades fenômenos perceptíveis unicamente em termos físicos, por exemplo, de tamanho. Toda evolução da dimensão e da diferenciação de um grupo social é em si mesma o produto e a expressão de uma estrutura social e de suas leis de transformação."²⁴

Assim não existe sentido numa teoria que considera que a produção de uma forma social em termos culturais decorre de uma forma espacial ou vice-versa. Essas duas formas são produzidas concomitantemente, cabendo ao analista social decifrar as suas leis de formação e articulação. Posto dessa forma a "cultura-urbana" não é nem um conceito e nem uma teoria é simplesmente um mito, (...) "uma vez que conta ideologicamente a história da espécie humana. Assim, os temas sobre a "sociedade urbana" que se fundamentam diretamente nesse mito constituem as palavras-chave de uma ideologia da modernização, assimilada, de forma etnocêntrica, às formas sociais do capitalismo liberal."²⁵

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouca coisa pode ser acrescentada à exposição dos argumentos dos dois autores, especialmente porque o texto de Castells é uma profunda crítica ao trabalho de Wirth. Assim sendo vamos apenas salientar alguns pontos.

O trabalho de Wirth constitui um marco no pensamento da época.²⁶ Levou mais de 30 anos para ser seriamente abalado, tal o "fechamento" da sua teoria. Embora ele considere que o "modo de vida urbano" vá predominar no futuro da humanidade, existe subliminarmente nos seus argumentos uma certa depreciação a esse "estilo de vida."

²⁴ CASTELLS, p.113.

²⁵ CASTELLS, p.114.

²⁶ REMY, J. & VOYÉ, L. *La ciudad y la urbanización*. Madrid, 1976, o consideram um ponto de inflexão na Escola de Chicago.

Ele levanta questões a serem explicadas que são bastante estimulantes, no entanto as explicações que ele apresenta são bastante criticáveis. Em outras palavras, a percepção que ele tem dos fenômenos leva a crer que eles decorrem do lugar de ocorrência, quando na realidade tais fenômenos e a própria formação do local de ocorrência, estão dentro de um processo maior que é a evolução do modo de produção capitalista.

A crítica ao seu trabalho e a explicação dos fenômenos como inseridos na evolução geral do capitalismo foram brilhantemente apresentadas por Castells. Ele ataca a "cultura "urbana" tomando inicialmente argumentos utilizados pelos próprios autores de alguma forma afinados a essa visão e depois magistralmente recoloca a questão numa perspectiva histórica. No entanto, um pequeno ponto fraco de seu trabalho encontra-se na intrigante detecção de fenômenos semelhantes em países socialistas. Os seus argumentos não são totalmente convincentes. Corre-se o risco, como ele próprio salientou, de tentarmos explicar tudo dentro de um esquema geral de evolução do capitalismo.

Numa conclusão canhestra poderíamos dizer que Wirth detectou os fenômenos relevantes, porém a pista para a elucidação deles foi dada por Castells.

SUMMARY

The question of social organization in the urban space has allowed different views of point through the last years. About this matter the writings of Wirth and Castells are the most important ones and they are the subjects of this work. There are a dichotomic way to see the question: though Wirth shows some characters of life in the urban centers like results of the growth and the concentration of themselves, Castells attests the association of life characters in the cities to a certain stage of capitalist production way. That is Wirth who calls attention to the necessity of no confuses about urbanism and industrialization and capitalism, because there are cities in preceding histories stages. In the other way, Castells says the space organization is determined by the industry, like a result of a production way specific, the capitalism. The works of these two social scientists are a important reference in the analyses of the urban space.

ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA - DESPESA COM ALIMENTAÇÃO*

Blas Caballero Nunez
Prof. do Depto. de Economia
da UFPR

1 INTRODUÇÃO

As cestas básicas de alimentos podem se constituir em um excelente instrumento de análise econômica. Particularmente, as cestas básicas ótimas podem servir de base a um índice do tipo custo de vida referente à despesa com alimentação. A cesta ótima de alimentos compreende um conjunto de produtos capaz de proporcionar, a um custo mínimo, os níveis de energia e nutrientes recomendados, além de atender às restrições convencionais referentes aos hábitos de consumo e preferências alimentares. Trata-se de uma cesta recomendável, ou seja, uma proposição normativa ou indicativa.

Ainda que não tenha sido utilizado esse mesmo conceito, há muito tempo que se vem propondo esse assunto, encontrando-se geralmente associado à questão do salário mínimo. Outras aplicações, como a que será desenvolvida neste estudo, tem sido muito restritas, em grande parte, pela exigência computacional, uma vez que a identificação dessas cestas necessariamente deve ser feita através do processamento eletrônico, em aparelho com capacidade razoável, o que tem constituído em barreira para muitos usuários em potencial. Todavia, com a crescente difusão dos microcomputadores, atualmente se torna muito mais viável operacionalizar um sistema de determinação de cestas ótimas de forma contínua.

O objetivo deste artigo é lançar as bases conceituais para estabelecer um índice do tipo custo de vida. Especificamente,

* Artigo preparado em fevereiro de 1986.

o que se quer é construir números índices para medir a variação nos níveis de orçamentos necessários para manter um dado nível de satisfação alimentar. Fica claro, por tanto, que o objetivo específico é a construção de um índice de valores, apenas para os gastos com alimentação, não abrangendo, portanto, os demais grupos que usualmente integram o denominado custo de vida.

Essa mesma preocupação se encontra, de certa forma, na determinação das cestas de mercado, ou cestas básicas de consumo.* Essas, porém, apresentam limitações semelhantes às dos Índices de Preços ao Consumidor - IPC, por se sustentarem geralmente na mesma base de dados (pesquisa de orçamentos familiares, ou afins) e por utilizar as mesmas fórmulas de cálculo tradicional.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Dado o intuito de propor uma abordagem alternativa de índice de despesa com alimentação, apresentar-se-á, a seguir, como ponto de partida, o tratamento convencional do problema de medida da variação do custo de vida.

Em primeiro lugar, convém esclarecer o que se tem entendido por "variação do custo de vida" ou "índice de custo de vida", e, em seguida, considerar o procedimento utilizado para medi-lo.

O conceito de custo de vida tem seu fundamento na teoria da demanda do consumidor, desenvolvida essencialmente com referência a um único indivíduo. Nesse contexto, foram apresentadas várias definições semelhantes, tais como:

- a) custo de vida é o dispêndio necessário para que um dado consumidor mantenha um determinado nível de satisfação ou, em termos mais precisos, permaneça sobre a mesma curva de indiferença;
- b) o índice de custo de vida é a relação entre as rendas monetárias de pessoas que têm iguais "níveis de satisfação";

* No Brasil, esse tipo de cálculo geralmente é feito por instituições vinculadas ao setor agrícola, como o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, e o Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Paraná.

- c) o índice de custo de vida resulta da resposta à pergunta: que mudança na despesa é necessária, depois de uma alteração de preços, para se obter a mesma satisfação anterior?;
- d) o verdadeiro índice de custo de vida é a razão entre as despesas mínimas necessárias para manter um nível constante de utilidade (em oposição à cesta de bens constante, no índice Laspeyres) sob dois sistemas de preços diferentes.

Note-se que a preocupação incorporada no conceito de custo de vida corresponde explicitamente à variação de renda ou despesas (e não à variação de preços), necessária para manter um dado nível de satisfação. Nesses termos, admitindo-se que todos os preços variassem na mesma proporção, essa proporção corresponderia à variação da renda monetária necessária para que o indivíduo mantenha seu padrão de vida original, nem mais, nem menos. Nesse caso, não haveria problema de mensuração. Entretanto, observa-se, na prática, que a variação dos preços é desigual, e que, nos países em desenvolvimento, os elevados índices de inflação promovem ainda uma variação desigual de renda, que também afeta o nível de demanda.

A teoria econômica convencional não tem sido capaz de responder satisfatoriamente a esse problema, sendo que a abordagem considerada mais correta para a construção de um verdadeiro índice de custo de vida é através da função utilidade indireta do consumidor, que a seguir se apresenta.¹

A maximização da função utilidade direta mais familiar $U(X)$, onde X é a lista de mercadorias, sujeita à restrição orçamentária $P'X \leq Y$, proporciona um sistema de funções de demanda:

$$(1) \quad X = \phi (P, Y)$$

Substituindo, de volta, a função de demanda (1), dentro da função de utilidade direta, proporciona a função de utilidade indireta:

$$(2) \quad V (P, Y) = U\{\phi (P, Y)\}$$

¹ Conforme o desenvolvimento realizado por BRAITHWAITH, Steven D. The substitution bias of the Laspeyres price index: an analysis using estimated cost-of-living indexes. *American Economic Review*, Nashville, 70(1): 64-77, mar.1980.

que expressa a utilidade máxima para um dado conjunto de preços e renda (despesa). Observe-se que, na função utilidade indireta, se verifica uma associação de números reais a situações de preços e renda, enquanto, na função utilidade direta, a associação é feita em quantidades.

Resolvendo a equação (2), para a despesa total Y , essa resulta na função despesa total $m(U,P)$, definido por:

$$(3) \quad Y = m(U, P)$$

que dá o nível mínimo de despesa necessária para alcançar o nível de utilidade U , dados os preços P .

Utilizando a equação (3), o índice de custo de vida pode agora ser definido como a razão da despesa mínima, sob dois conjuntos diferentes de preços, para manter o nível de utilidade de um período base:

$$(4) \quad ICV(P_1, P_0) = \frac{m(U_b, P_1)}{m(U_b, P_0)}$$

Os preços P_1 e P_0 são os preços de comparação e preços de referência, respectivamente, e U_b é a utilidade no período base ao preço P_b e renda Y_b . O ICV é definido com referência à função utilidade U , e, em geral, dependerá do nível de utilidade U_b no período base, embora também possa ser expresso com relação ao período de referência.

Em oposição, o índice de preço Laspeyres, o índice mais utilizado em todo mundo para representar o índice de custo de vida, é definido como:

$$(5) \quad L(P_1, P_0) = \frac{\sum P_1 X_0}{\sum P_0 X_0} = \frac{\sum P_1 X_0}{Y_0}$$

a razão entre o custo do pacote de bens do período de referência sob dois conjuntos diferentes de preços. Mantém o nível de consumo de cada período base, enquanto o verdadeiro ICV permite o ajustamento dos níveis de consumo em resposta à variação nos preços relativos, enquanto mantém um nível de utilidade constante.

Considerem-se, agora, as implicações decorrentes da abordagem tradicional para medir o ICV. Suponha-se que, em um período 0 (base), um indivíduo gaste a sua renda para comprar a

quantidade q_0 a preços p_0 . Supondo que ele nada poupe, sua despesa total será igual à sua receita total, ou seja, $p_0 q_0$. No período 1 , os preços mudaram para p_1 . Qual a renda de que necessita o indivíduo, no período 1 , para ter o mesmo padrão de vida que tinha no período 0 ? Se as quantidades dos bens que necessita comprar, para manter exatamente o padrão de vida do período 0 são q_1 , então a renda necessária será $p_1 q_1$. Segue-se que a variação no custo da manutenção do seu padrão de vida original (o de período 0) será dada por:

$$(6) \quad IVC_{01}^0 = \frac{\sum p_1 \bar{q}_1}{\sum p_0 q_0}$$

O problema está em que não se conhecem os \bar{q}_1 , pois eles não são representados pelas quantidades efetivamente compradas no período 1 , indicando, apenas, as quantidades que deveriam ser compradas para que o padrão de vida não se alterasse. Conseqüentemente, não se conhece o agregado $\sum p_1 \bar{q}_1$. Porém é conhecido $\sum p_1 q_0$. Essa é a quantidade de renda requerida, no período 1 , para habilitar o indivíduo a comprar, nesse período, as quantidades por ele compradas no período 0 .

3 O ÍNDICE DE DESPESA PROPOSTO

Após essa breve revisão da abordagem tradicional para medir a variação no custo de vida, constata-se que a variável determinante é a função utilidade, a qual tem permanecido desconhecida na prática.

Essa limitação, no entanto, pode ser superada, pelo menos para a categoria da cesta de alimentos, recorrendo-se, para isso, à abordagem da demanda do consumidor proposto por Kelvin Lancaster.²

²LANCASTER, Kelvin. *Consumer demand. A new approach*. New York, University Press, 1971.

Essa análise se originou da observação simples de que a teoria da demanda tradicional estava ignorando uma informação óbvia e altamente pertinente às propriedades dos próprios bens em si. As proposições fundamentais sobre as quais está baseada são:

- a) todos os bens possuem características objetivas relevantes para a escolha que as pessoas fazem entre diferentes coleções de bens. O relacionamento entre uma dada quantidade de um bem(ou uma coleção de bens) e as características que possui é essencialmente um relacionamento técnico, que depende das propriedades objetivas dos bens e, algumas vezes, de um contexto de "know how" tecnológico do que os bens podem fazer, e como;
- b) os indivíduos diferem nas suas reações às características diferentes contidas nas várias coleções de bens, ao invés do que as contribuições dos conteúdos das características desses bens. É nas características que estão interessados os consumidores. Eles possuem preferências pela coleção de características, e as preferências pelos bens são indiretas ou derivadas, no sentido de que os bens são solicitados apenas a fim de produzir as características.

Em resumo, esse modelo de característica separa as propriedades de demanda, que são universais e dependem das características, daquelas que dependem apenas da preferência espacial dos indivíduos, em contraste com a abordagem tradicional na qual as propriedades técnicas e universais são inseparavelmente misturadas com as preferências pessoais. O autor reivindica que essa é uma teoria mais geral que a teoria tradicional (que seria um caso especial), não se tratando de uma teoria adicional, ou contraditória à tradicional.

Utilizando as proposições dessa nova teoria, é possível identificar uma função de custo mínimo que atenda a um determinado nível de satisfação alimentar que permanece constante

$$(7) \quad C = f(P, \bar{K})$$

onde P é o preço relativo dos alimentos, e \bar{K} representa o conjunto de características proporcionadas pelo produtos alimentares.

Segue-se que a variação no custo de manutenção desse dado nível de satisfação alimentar será dado por

$$(8) \quad C_{t-1, t} = \frac{\sum p_t q_t}{\sum p_{t-1} q_{t-1}}$$

onde:

$p_t = (p_t^1, p_t^2, \dots, p_t^n)$ é o vetor de preços vigentes no período "t", associado à cesta de alimentos $q_t = (q_t^1, q_t^2, \dots, q_t^n)$, que proporciona diversas características fixas \bar{K} , (k^1, k^2, \dots, k^m) , sendo $m \leq n$;

$p_{t-1} = (p_{t-1}^1, p_{t-1}^2, \dots, p_{t-1}^n)$ é o vetor de preços vigentes na época "t-1", associado à cesta de alimentos $q_{t-1} = (q_{t-1}^1, q_{t-1}^2, \dots, q_{t-1}^n)$, que proporciona diversas características fixas iguais às do período anterior $\bar{K} (k^1, k^2, \dots, k^n)$.

As expressões $\sum p_t q_t$ e $\sum p_{t-1} q_{t-1}$ correspondem ao custo mínimo de se atingir o mesmo nível de satisfação proporcionado pelas características K , invariáveis ao longo do tempo, salvo pela inclusão de novas características.

Esse procedimento de cálculo corresponde à fórmula de Laspeyres Modificado II,

$$(9) \quad L_{II} = \frac{\sum_i q_i^t p_t^i}{\sum_i q_i^{t-1} p_{t-1}^i}$$

muitas vezes utilizada pelas entidades que elaboram índices de preços - principalmente a nível de consumidor - tanto no Brasil, como em alguns países do mundo (Estados Unidos, por exemplo).

As diferenças entre as duas últimas fórmulas estão nas quantidades de cada cesta, sendo estas fixas na fórmula L_{II} , enquanto, na proposta alternativa, as quantidades podem variar. Pois, o que se mantém estável é o nível dos elementos nutricionais que integra a cesta de alimentos.

É muito importante observar que, na proposta alternativa, os custos das cestas, nos dois períodos, são plenamente comparáveis. Isso por que ambas as cestas proporcionam iguais níveis de satisfação, representados pelos conjuntos de características fornecidas pelas quantidades de alimentos que integram a cesta, quantidades essas que poderão ser diferentes nas duas cestas.

Essa propriedade não tem sido observada nas propostas dos verdadeiros índices do custo de vida, que se propõe a medir a variação do custo necessário para manter um dado padrão de vida, seja em relação ao período base, seja em relação ao período de referência, sendo que as duas medidas não são a mesma coisa.

4 APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE DESPESA COM ALIMENTAÇÃO

O propósito agora é o de demonstrar a operacionalidade do Índice de Despesa com Alimentação. O problema inicial consiste em determinar o custo mínimo de uma cesta de alimentos que proporcione determinadas características. Desse modo, é necessário começar identificando quais são as características relevantes a serem consideradas.

Em primeiro lugar, estão as propriedades nutricionais dos alimentos, as quais certamente podem constituir características objetivas relevantes para a escolha do consumidor entre

os vários alimentos disponíveis. É preciso reconhecer que essa característica efetivamente não é a predominante (manifestando-se antes de uma maneira instintiva, talvez). Entretanto, é possível supor que isso seja uma decorrência da deficiência de informação, admitindo-se, como hipótese de trabalho, que isso não ocorra.

As propriedades nutricionais a serem consideradas aqui são aquelas que atualmente prevalecem como as mais importantes, quais sejam: energia, proteína, cálcio, ferro, retinol, tiamina, riboflavina, niacina e ácido ascórbico. A medida do conteúdo nutricional dos alimentos pode ser obtida numa tabela de composição química dos alimentos.

A média dos consumidores das várias categorias sócio-econômicas é influenciada tanto, se não mais, por outras propriedades dos alimentos, fictícias ou não, que não apenas as estritamente nutricionais, às vezes, fortemente influenciadas pela propaganda.

Em alguns casos, como quando se destaca a "beleza" de um alimento qualquer, não se está considerando uma característica objetiva. Segundo o espírito da nova abordagem de demanda (de Lancaster), é necessário que as reações pessoais sejam reações às características, e não reações acerca do que a característica é.

A "beleza" de um alimento, como, por exemplo, aquela atribuída a determinados tipos de arroz, não seria, nesse sentido, uma propriedade objetiva, podendo ser uma reação à forma. Essa, sim, pode ser uma característica, ou talvez, um complexo de características, como por exemplo, a forma, ou o padrão de cor, como grãos inteiros e bem polidos, no caso do mencionado arroz.

Admite-se, aqui, que as considerações estéticas não são predominantes na escolha dos alimentos, pois, se assim fossem, não se poderia esperar construir um modelo operacionalmente

útil, dado que as reações estéticas geralmente são reações a uma mistura extremamente complexa de um grande número de características.

O problema operacional básico consiste, então, em determinar as características relevantes para a escolha. Além dos aspectos nutricionais, é possível indicar algumas características alimentares que se podem associar a uma coleção ou cesta de alimentos. Essas características são: diversidade, equilíbrio, caráter gustativo e hábito.

A diversidade de alimentos é necessária quando se pretende manter uma cesta por muito tempo, de modo a evitar a monotonia alimentar, pouco apetitosa, e carente das variações agradáveis de sabor, cor, aroma, odor, que são qualidades procuradas pela maioria das pessoas. Um modo objetivo de incorporar esse complexo de características alimentares à cesta de alimentos é estabelecer os níveis de saturação biológica do consumo de cada produto. Com esse fim, foram estabelecidos limites máximos de participação na cesta, para todos e cada um dos produtos disponíveis.

O equilíbrio alimentar corresponde à proporção recomendável de participação dos grupos de alimentos. Considera-se obrigatória a inclusão dos três principais grupos de alimentos: Grãos, Produtos hortícolas e Produtos animais, mas nenhum desses grupos deve ultrapassar 50% do total. Admite-se que os grupos complementares de Gorduras e Produtos gustativos e bebidas participem com quantidades moderadas, não se aceitando a presença, na cesta, de bebidas alcoólicas e doces. Para atender a esse critério, foram determinados limites mínimos para cada grupo de alimentos, tratamento esse que também redundará na garantia de um certo volume mínimo de massa alimentar.

O caráter gustativo vai ao encontro de uma das recomendações dietéticas, que prescreve que a refeição deve ser agradável, recorrendo-se, para isso, aos gustativos, tais como

açúcar, sal, extrato de tomate, alho e vinagre. Esses produtos são ingredientes, em geral, desprovidos de valor alimentar, adicionados aos alimentos para lhes modificar o sabor. A fim de incorporar essa característica alimentar no modelo, foram estabelecidas quantidades mínimas para esses produtos.

O hábito não constitui uma característica alimentar propriamente dita, podendo ser admitido como um complexo de características culturais, sociais e outras, que influenciam na escolha dos alimentos e que é necessário levar em conta em determinada medida, de modo que a constituição da cesta ótima não se afaste muito da cesta de consumo tradicional. Com esse fim, foram determinadas as quantidades mínimas de produtos considerados superbásicos e básicos.

Além das características nutricionais e alimentares já mencionadas, espera-se que a cesta de alimentos escolhida apresente a característica econômica de menor custo, comparativamente com todas as outras possíveis cestas que também atendem aos requisitos anteriores.

Até o presente, foram determinadas as características relevantes na escolha de uma cesta de alimentos, assim como a medida apropriada para ela. Isso corresponde à definição do relacionamento bens-características, cabendo, agora, formular o relacionamento pessoas-características.

Esse relacionamento corresponde à determinação dos valores que serão atribuídos às características para proporcionar um dado nível de satisfação. Esses valores podem corresponder a uma pessoa, unidade de consumo familiar, ou à média de uma dada categoria sócio-econômica suficientemente homogênea. Neste estudo, é utilizado como base de referência a população de Curitiba de condição sócio-econômica baixa, considerada em termos médios.

Os níveis associados às características nutricionais correspondem às recomendações ajustadas de energia e nutrientes estimadas por Caballero Nunez para a média da população paranaense.³

³CABALLERO NUNEZ. Cestas básicas de alimentos como instrumento de análise na economia da alimentação e nutrição. Aplicação à população de Curitiba. São Paulo, 1986. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo. p.57-9.

As exigências quanto às características alimentares de diversidade, equilíbrio, caráter gustativo e hábito, estão representadas pelas restrições de limites de máximo para cada produto, limites de mínimo de cada grupo de alimentos, limites de mínimo de produtos gustativos, e limite de mínimo de produtos superbásicos e básicos, respectivamente, conforme Caballero Nunez.⁴

A solicitação de que a coleção de produtos escolhidos atenda às delimitações já efetuadas, e ainda seja de custo mínimo, caracteriza nitidamente um problema de otimização. Especificamente, trata-se de um problema de minimização de custo, sujeito a várias restrições nutricionais e alimentares. O método apropriado para resolver esse problema é a programação linear.

A aplicação desse método, utilizando os dados de preços disponíveis para 91 produtos durante o período de dezembro de 1983 a dezembro de 1984, proporcionou os seguintes orçamentos, referentes a uma cesta recomendada, modelo apetecível.

Dezembro/83	Cr\$ 17.043	Julho/84	Cr\$ 31.984
Janeiro/84	Cr\$ 18.301	Agosto/84	Cr\$ 36.891
Fevereiro/84	Cr\$ 20.698	Setembro/84	Cr\$ 41.508
Março/84	Cr\$ 24.290	Outubro/84	Cr\$ 47.434
Abril/84	Cr\$ 27.237	Novembro/84	Cr\$ 52.107
Mai/84	Cr\$ 28.440	Dezembro/84	Cr\$ 54.716
Junho/84	Cr\$ 30.065		

Esses resultados permitem calcular os Índices de Despesas com Alimentação - IDA -, para os meses de 1984. O IDA é um número índice de valor (do tipo custo de vida), que se propõe a medir a variação nos níveis dos orçamentos domésticos necessários para adquirir uma cesta de alimentos que proporcione um nível de satisfação nutricional estável ao consumidor médio de classe baixa, em distinto instante de tempo. Esse índice contrasta com as Cestas de Mercado e os Índices de Preços ao Consumidor, os quais procuram medir as variações ocorridas de um período a outro, no custo de determinada cesta de consumo. Ou

⁴CABALLERO NUNEZ, p.89.

seja, buscam medir a variação de renda necessária para que um consumidor continue adquirindo as mesmas quantidades dessas cestas de bens aos novos preços de mercado.

A grande diferença entre esses índices encontra-se na finalidade de cada um. Enquanto o IPC está preocupado em medir qual é o impacto dos preços sobre um determinado padrão de vida constante, a despeito de esta atender ou não à necessidade humana mais fundamental - a alimentação - o IDA está interessado em identificar o recurso necessário para manter satisfeitas as necessidades nutricionais e alimentares mínimas condizentes com a população humana. Esse índice, especialmente quando inserido num modelo de análise conjuntural, dirige-se à população em geral, principalmente às pessoas de condição sócio-econômica baixa, que poderão orientar melhor as suas compras de alimentos, assim como subsidiar a administração do seu escasso orçamento doméstico. Também poderá ser de grande valor, tanto para fins de reivindicação da população carente, como para a formulação de programas de administração pública, com vistas a eliminar a subalimentação. Poderá servir, ainda, como subsídio para a definição do nível do salário mínimo, com o mesmo objetivo e maior precisão daquele fixado no Decreto-Lei 399, de 1939. Todavia, por se tratar de um índice restrito, não poderá servir como "proxy" de um índice geral de preços que estima a inflação do país.

Aplicando a fórmula $IDA = \sum p_t q_t / \sum p_{t-1} q_{t-1}$ aos orçamentos correspondentes às cestas ótimas, resultam os índices de Despesa com Alimentação, cujas variações simples e acumuladas estão registradas na tabela 1. Adicionalmente, foram incluídas, a título de ilustração, as variações referentes ao Índice de Preço ao Consumidor de Produtos Alimentares (IPCPA), publicado pela Secretaria da Agricultura do Paraná - SEAG/PR, ao Índice de Custo de Vida - Alimentação em domicílio, publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (FGV), e os Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE).

Esses resultados não são totalmente comparáveis, haja vista que cada índice utiliza fórmula e base de dados diferentes. Entretanto, permita-se observar que existe pouca diferença entre o IDA e o IPCPA, cujos resultados se encontram muito

próximos entre si durante todo o ano, com exceção do mês de maio. Quanto à significativa diferença desses dois índices com relação ao ICV-AD, não se pode afirmar muito, apenas que a base de dados utilizada na ponderação se encontra muito defasada. Esses dados tem mais de 25 anos, enquanto outras instituições congêneres os renovam cada cinco anos, ou no máximo, a cada dez anos, fato esse que certamente deve estar provocando um viés considerável.

SUMMARY

The objective of this paper is to propose a value index such as cost-of-living, only for food expenses, based on the consumption basket of minimum cost, using linear programming technique. In addition, this work demonstrates the operacionality of this monthly index for Curitiba city for 1984.

TABELA 1

VARIAÇÃO SIMPLES E ACUMULADA NO ÍNDICE DE DESPESA COM ALIMENTAÇÃO (IDA)
ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR DE PRODUTOS ALIMENTARES (IPCPA), ÍNDICE DE
CUSTO DE VIDA - ALIMENTAÇÃO EM DOMICÍLIO (ICV-AD), IGP' E INPC.CURITIBA,
1984

PERÍODO	(Em porcentagem)				
	IDA	IPCPA	ICV-AD	IGP	INPC
Janeiro	7,4	6,9	7,8	9,8	9,8
	7,4	6,9	7,8	9,8	9,8
Fevereiro	13,1	12,0	14,3	12,3	8,9
	21,4	19,7	23,3	23,3	19,6
Março	17,4	18,1	13,5	10,0	9,6
	42,6	41,3	39,9	35,5	31,1
Abril	12,1	11,1	11,4	8,9	10,4
	59,8	57,0	55,8	47,7	44,7
Maio	4,4	12,1	9,6	8,9	8,6
	66,9	75,9	70,8	60,7	51,2
Junho	5,7	7,5	8,6	9,2	8,8
	76,4	89,1	85,4	75,6	71,0
Julho	6,3	5,4	8,0	10,3	11,6
	87,6	99,4	100,1	93,7	80,8
Agosto	15,4	11,5	16,3	10,6	7,1
	116,4	122,3	132,7	114,3	104,5
Setembro	12,5	16,3	13,0	10,5	9,9
	143,5	158,6	162,8	136,8	124,7
Outubro	14,3	12,4	14,6	12,6	11,2
	178,3	190,7	201,3	166,6	149,9
Novembro	9,8	9,2	9,9	9,9	10,1
	205,8	217,4	231,0	193,0	175,1
Dezembro	5,0	4,2	6,1	10,5	10,2
	221,0	230,8	251,2	220,6	203,3

FONTE: IDA = Pesquisa. Fórmula: Laspeyres Modificado II com quantidade variável; os preços no varejo são do IPARDES

IPCPA = Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná. Fórmula: Laspeyres Modificado II com quantidade fixa referente ao ENDEF (IBGE 1974/75)

ICV-DA = Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Fórmula: Laspeyres Clássico com orçamento fixo, corresponde à POF realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 1961/62.

IGP = Fundação Getúlio Vargas. Rev. Conjuntura Econômica. Trata-se de um índice nacional.

INPC = Fundação IBGE. Corresponde a um índice nacional.

DEBATES E CONTROVÉRSIAS SOBRE A AGRICULTURA
BRASILEIRA*

LUIZ ALEXANDRE CUNHA
Prof. da Faculdade Católica
de Administração e Economia

Até os anos 60 são poucos os trabalhos que tratavam especificamente da agricultura brasileira,** se comparados com os que analisavam o processo brasileiro de industrialização.¹ Ressalta-se ainda que os estudos sobre a agricultura são predominantemente analíticos, sendo raras as sínteses. Os estudos sobre o meio rural, de forma específica e sistemática, tratando de períodos recentes da realidade brasileira, aparecem na esteira da crise político-econômica, já visível no final dos anos 50, mas que só se manifesta nos primeiros anos da década de 60.***

O crescimento industrial baseado no modelo de substituição de importações mostrava-se incapaz de manter as elevadas taxas de crescimento econômico, situação agravada pelos conflitos políticos, que acabaram explodindo em março-abril de 1964. Era nesse ambiente de crise que se exteriorizava uma primeira discussão de idéias de temas específicos sobre as estruturas agrárias brasileiras. Trata-se de uma discussão dicotômica, baseada que estava em dois corpos de idéias, nos quais destacam-se, de um lado, os trabalhos de Caio Prado Júnior e,

* Artigo recomendado pelo Centro de Pesquisas Econômicas/UFPR. Este artigo corresponde a uma adaptação do capítulo 1 da dissertação de mestrado, intitulada "O crédito rural e a modernização da agricultura paranaense 1970-1980", defendida no curso de Pós-graduação em História Econômica UFPR, em 1987.

** O termo "agricultura" tem aqui, como em diversos pontos do trabalho, uma conotação ampla, equivalente à realidade abrangida pela denominação "setor primário".

*** De 1962 a 1967 as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, foram inferiores à taxa considerada histórica que é de 7% a.a.

de outro, Alberto Passos Guimarães.*

O debate detém-se sobre aspectos específicos da estrutura agrária, notadamente as relações de trabalho, que não se ligam, de forma incontestável, num determinado sistema econômico-social.² Assim, é na análise de uma relação de trabalho relativamente comum no meio rural brasileiro, a parceria, que se centra com destaque a discussão. A parceria, para os defensores da tese feudal e todo o aparato que a envolve, demonstrava a existência de "restos feudais" na agricultura brasileira. Esta tese é defendida por Alberto Passos GUIMARÃES, quando afirma:

Quando tudo faria supor - e muitos o admitiram que o latifúndio do café ou da cana-de-açúcar despenharia no abismo, arrastado pela decomposição do regime escravista, e cederia lugar, sem maiores resistências, ao estabelecimento da pequena propriedade, assistiu-se, ao contrário, ao seu ressurgimento, à custa de uma solução astuciosa: a parceria. A esse tipo de contrato de trabalho, que de nenhum modo se pode identificar com o trabalho livre, viriam associar-se outras formas de transição para o salariado, sem que deixasse o latifúndio de conservar seu caráter essencial e seu tradicional poder de goação sobre os trabalhadores nele engajados.³

O caráter essencial da estrutura agrária era dado pelo latifúndio e as relações de trabalho determinadas por ele. É o que se pode concluir do seguinte trecho do mesmo autor: "... no latifúndio cafeeiro sobrevivia, em toda a sua plenitude, a força do monopólio colonial e feudal da terra, o que bastava para lhe assegurar a perenidade de seu poder extra-econômico, de seu sistema de 'governo'."⁴ Estas teses representavam o "oficialismo"⁵ da esquerda nacionalista, que se baseava em "modelos interpretativos importados que procuravam homogeneizar a experiência histórica dos 'países colonizados' segundo o modelo chinês estabelecido pelo programa do VI Congresso da Internacional Comunista de 1928."⁶

* As teses de Caio Prado Júnior podem ser encontradas em "Formação do Brasil Contemporâneo" - 1942, "A questão agrária" - 1979, que reúne artigos pioneiros publicados no início dos anos 60 na Revista Brasiliense. Mas é no livro "A Revolução Brasileira" - 1966, que suas teses são reunidas e defendidas com mais clareza e vigor. As teses centrais de Alberto Passos Guimarães estão expostas na sua obra "Quatro séculos de latifúndio" - 1963.

Além de estar fundamentado no "esquema evolutivo linear dos modos de produção",⁷ a tese de Alberto Passos Guimarães não deixa de estar influenciada pelo dualismo estrutural.* No seu pensamento os "restos feudais" corresponderiam às formas "atrasadas" e "tradicionais" da sociedade brasileira, que habitavam o espaço rural e estavam em oposição ao espaço urbano "moderno" e "progressista".

Em oposição a essas concepções formara-se o que foi denominado de "tese capitalista".⁸ Os que mais se destacaram na defesa destas idéias foram Caio Prado Júnior e André Gunder Frank.** Caio PRADO JÚNIOR defende a tese de que os fatos e fenômenos observados no meio rural brasileiro foram e são determinados pela evolução do capitalismo. Sua tese pode ser resumida nesta citação.

(...)o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como "restos feudais". Não fosse por outro motivo pelo menos porque para haver "restos", haveria por força de preexistir a eles um sistema "feudal" de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado.⁹

Ao analisar especificamente a parceria, Caio Prado Júnior não a vê como uma prova de existência de "restos feudais" na agricultura brasileira representando uma forma "atrasada" de relação de produção. Muito pelo contrário, a parceria correspondia a uma forma "avançada" de organização econômica e que

* O dualismo estrutural alimentou diversas correntes interpretativas da realidade brasileira. As teses marxistas "tradicionais", o nacional-desenvolvimentismo, o dualismo cepalino, com destaque para os trabalhos de Celso Furtado da época, estavam ligados ao dualismo, o qual apresentava-se de uma forma mais ou menos matizada. Até mesmo em relação aos debatedores dos anos 70, tem se identificado influência do dualismo estrutural, como indica a seguinte fonte, cuja referência é WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo, Hucitec, 1986. p.15. Adiante volta-se ao tema.

** As teses de André Gunder Frank encontram-se no artigo: A agricultura brasileira: capitalismo é o mito do feudalismo. Revista Brasiliense, São Paulo, 6:51-5.

nada ficava a dever em produtividade a outras formas de organização. Sobre esse ponto afirma:

Trata-se entre nós, pelo menos naquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, de simples relação de emprego com remuneração inatura do trabalho. Isso é com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, (...) A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado, o constitui pois em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho.¹⁰

André Gunder Frank, por sua vez, centra a análise nos desequilíbrios regionais. Segundo ele, qualquer fenômeno observado na economia brasileira ou na agricultura em particular só poderá ser explicado a partir da consideração do sistema econômico vigente, que no caso é o capitalismo, porque não aceita "a possibilidade de existirem numa mesma sociedade setores independentes uns dos outros."¹¹ As manifestações de "atrasos" são resultados da própria racionalidade do capitalismo, que repete internamente o que acontece a nível internacional com a formação tanto de regiões desenvolvidas quanto subdesenvolvidas.¹²

Paralelamente, desenvolviam-se discussões, na década de 60, sobre as relações da agricultura com o desenvolvimento, que não consideravam prioritariamente o debate feudal/capitalista.¹³ Aquele choque de idéias recebe aqui a denominação de debate agricultura/desenvolvimento. Tentava-se esclarecer se as estruturas agrárias brasileiras, de forma ampla, e o comportamento da produção agrícola em particular significava ou não um obstáculo à retomada e manutenção do crescimento econômico recente. Como no debate analisado anteriormente, tratava-se de uma discussão dicotômica, baseada também em duas posições antagônicas.

Uma das posições defendia a tese de que a retomada e manutenção do crescimento econômico nos níveis apresentados em períodos recentes era inviável sem a remoção, através de reforma agrária, dos obstáculos ao desenvolvimento encontrados nas estruturas agrárias brasileiras, no sistema latifúndio/

minifúndio.¹⁴ Por outro lado, estudiosos defendiam tese contrária, afirmando que as estruturas agrárias brasileiras não eram um obstáculo ao desenvolvimento econômico.* Assim, não havia necessidade de uma reforma estrutural no campo.**

O problema que se coloca é o seguinte: o que diferenciava o debate agricultura/desenvolvimento do debate feudal/capitalista? Este ponto é importante na medida em que se constata que na década de 60 os debates se manifestaram paralelamente.

Antonio Barros de Castro,¹⁵ que participa do debate agricultura/desenvolvimento, afirmava de forma crítica que, ao contrário do processo de industrialização, que vinha sendo estudado sistematicamente, através dos trabalhos com visão de conjunto e esforço interpretativo, a agricultura era estudada apenas nos seus aspectos parciais. Os detalhes recebem uma atenção desnecessária e é comum "o abuso da abstração e exagero das generalizações".¹⁶

Sem discordar por completo desta tese, julga-se necessário, entretanto, acrescentar um aspecto importante na diferenciação dos dois choques de idéias. O debate feudal/capitalista tinha como participantes autores, setores, grupos e partidos, em sua maioria, ligados à uma concepção ideológica incompatível com o sistema vigente. Assim, estavam empenhados em analisar a crise brasileira e, em particular, os problemas do campo, formulando propostas alternativas, sempre de acordo com as concepções teóricas e práticas, que significavam uma oposição ao sistema. Sobre este ponto é importante citar Cristian TOPALOV quando afirma, referindo-se ao debate feudal/capitalista: "conflito de teorias reflete (...) um conflito prático cujo resultado será a definição de uma estratégia de desenvolvimento adaptada às condições concretas de organização agrária: segundo a interpretação adotada, os objetivos e os meios de luta política a ser travada serão de natureza diversa."¹⁷

* Não se faz qualquer diferenciação entre os termos "desenvolvimento" e "crescimento", os quais são utilizados em várias partes do trabalho como sinônimos.

** Adiante volta-se a essa discussão específica.

A oposição ao sistema fica clara também na amplitude do debate que, como já se afirmou, ressaltava aspectos parciais, com os detalhes recebendo atenção especial.¹⁸ A focalização prioritária de alguns pontos justifica-se então, porque seriam neles que as contradições do sistema apresentavam-se de forma mais contundente. Assim, o entendimento perfeito dos aspectos ligados a esses pontos permitiria a formulação de uma estratégia viável de ação política.

Ao contrário, no debate agricultura/desenvolvimento, os estudiosos e setores envolvidos tentavam definir uma estratégia de desenvolvimento econômico para o Brasil, a partir do capitalismo e da industrialização. O desenvolvimento, a que se referiam, significava, na verdade, a modernização do capitalismo brasileiro.*

Neste contexto, no final de 1962, quando a crise político-econômica apresentava-se significativa, com tendências a se agravar, surge uma proposta que visava superá-la e colocar o Brasil, de forma definitiva, nos rumos do desenvolvimento. Trata-se do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social - 1963-1965.** Sabe-se que foi formulado por uma equipe chefiada por Celso Furtado,*** e correspondia a seu pensamento, na época, Ministro do Planejamento. O Plano fazia uma análise da economia brasileira, de certa forma incorreta, porque não ligava a crise ao esgotamento do processo de substituição de importações.¹⁹

* No início dos anos sessenta o desenvolvimento era considerado por muitos como sinônimo de industrialização. Assim, quando se considera as relações da agricultura com o desenvolvimento se está, de fato, tentando integrá-la no processo de industrialização de forma a mantê-lo em expansão contínua.

** Segundo Skidmore, imediatamente após a edição do Plano Trienal suas falhas técnicas foram apontadas. Isso se devia à pressa com que foi formulado. O governo tinha pressa em apresentá-lo para impressionar o governo norte-americano através duma "prova do planejamento a longo prazo do Brasil". SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964. 7.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p.482.

*** Uma referência ao pensamento de Celso Furtado não pode ser feita sem uma consideração especial, uma vez que é autor de uma obra das mais extensas sobre problemas econômicos, sociais e políticos, do Brasil e da América Latina, de repercussão mundial. O Plano Trienal indica, apenas, o pensamento de Celso Furtado naquele momento, o que não impede que ele tenha evoluído, revendo-o parcial ou totalmente em obras posteriores.

Ao contrário do Plano de Metas, que privilegiava o setor industrial, o Plano Trienal dedicava um grande espaço à análise do setor primário. Não se deve concluir que se tratava de um documento com objetivos meramente econômicos. Pode-se identificar objetivos políticos implícitos na proposta. Em primeiro lugar, na tentativa de interpretar as aspirações econômico-sociais mais imediatas da coletividade brasileira, fixando-as como objetivos do Plano. Daí a sua ênfase na necessidade de promover Reformas de Base, nos setores administrativo, bancário, fiscal, e, sobretudo agrário, tentando diminuir as pressões internas de diversos setores.²⁰

Além disso, de acordo com uma visão simplista do processo histórico brasileiro, há os que o consideram uma mera tentativa de angariar apoio internacional a um governo visado, mostrando uma face eficiente, séria e racional.*

Em relação ao setor primário, uma das teses do PTDES é que a crise econômica brasileira, evidenciada na diminuição de crescimento do setor secundário, era em grande parte resultado da "rigidez das atividades primárias para responder aos estímulos derivados do processo de industrialização."²¹

Esta rigidez apresentava-se de duas formas. Em primeiro lugar, o setor agrícola não supria, de forma satisfatória, o setor não-agrícola de alimentos e matéria-primas. A base empírica, que comprovava este fato, encontrava-se na evolução dos preços dos produtos agrícolas, que subiram mais do que os produtos industriais nos anos anteriores.²² Por outro lado, o subconsumo da população rural, envolvida numa economia de subsistência, não permitia uma demanda efetiva, por grandes setores da população brasileira, de produtos industriais aptos a serem produzidos pelo parque industrial brasileiro, de dimensões significativas naquele momento.

A partir desse quadro, identificavam-se na estrutura agrária baseada no sistema latifúndio/minifúndio, as condições responsáveis pela "rigidez" do setor primário.** Em síntese, as

* Vide a primeira nota explicativa deste artigo.

** É óbvia a vinculação teórica dessa tese como o dualismo estrutural. O setor primário representava o "atraso" enquanto o setor industrial, o setor "moderno".

repercussões danosas da estrutura agrária sobre o processo de industrialização seriam as seguintes:

- a) a maioria das propriedades agrícolas (75%) apresentava uma área insuficiente (menos de 50 hectares) para viabilizar programas de conservação do solo e aumento da produtividade;
- b) justamente nessas propriedades concentrava-se a maior parte da população em situação de subemprego;
- c) o grande tamanho das propriedades resultava numa ociosidade crescente das terras, o que agrava o quadro anterior, e levava a uma situação em que o aluguel de terras, sob diversas formas, predominava dificultando o acesso, a grande parte dos produtores, aos fatores de produção que elevam a produtividade da agricultura.²³

Em consequência desse diagnóstico a Reforma Agrária resultava como proposta natural, numa tentativa de retomar o crescimento econômico nos níveis apresentados em anos anteriores.

Mas nem só de Reforma Agrária trata o PTDES. Outros aspectos ligados à política agrícola são abordados e propostas são formuladas para operacionalizar mudanças. São feitas referências ao crédito agrícola, à política de preços mínimos, à utilização de máquinas, implementos e insumos modernos pela agricultura. No entanto, fica claro que a Reforma Agrária é o carro-chefe da política econômica voltada para o setor primário, e é essa proposta que dá o tom do debate agricultura/desenvolvimento. Assim, nas últimas páginas do Plano, foram formulados os objetivos mínimos, que deveriam ser alcançados através da implantação da Reforma Agrária, que são os seguintes:²⁴

- a) Nenhum trabalhador que durante um ciclo agrícola completo, tiver ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação, será obrigado a pagar renda sobre a terra economicamente utilizada;
- b) nenhum trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade poderá ser privado de terras para trabalhar ou de trabalho, sem justa indenização;
- c) nenhum trabalhador que obtiver da terra em que trabalha - ao nível da técnica que lhe é acessível -

rendimento igual ou inferior ao salário mínimo familiar, a ser fixado regionalmente, deverá pagar renda sobre a terra, qualquer que seja a forma que esta assuma;

- d) todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores às médias estabelecidas regionalmente, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo.*

Contra esta proposta de Reforma, que aplicada resultaria em profundas mudanças na estrutura de poder²⁵ da sociedade, levantam-se vozes discordantes, que, no mundo acadêmico, reúnem-se para formular o que se denominou "a crítica conservadora aos modelos amplamente aceitos nas décadas de 50 e 60".²⁶

As teses dos formuladores da crítica conservadora podem ser encontradas nos trabalhos de Antonio Delfim Neto**, líder de um grupo de economistas ligados a essa corrente. Sobre o impacto da obra de Delfim Neto no cenário político administrativo M. Y. LINHARES & F.C. T. SILVA, expressam-se de forma muito clara: "Enquanto teóricos 'radicais' propunham mudanças nas estruturas do país como única forma de dar continuidade ao desenvolvimento nacional, Delfim Neto surgia como um jovem teórico da oposição, demonstrando que o desenvolvimento não requeria mudanças de base."²⁷

A crítica conservadora não se fundamenta no dualismo estrutural, como base teórica das suas formulações. De novo recorre-se a M.Y. LINHARES & F.C.T. SILVA, que identificam, de forma correta, a matriz teórica do grupo:

* Não se pretende analisar a viabilidade de uma Reforma Agrária com esses objetivos mínimos, a luz da estrutura de poder observada na sociedade brasileira. Essa longa citação visa mostrar como era nítida a proposta contida no PTDES.

** As idéias diretamente relacionadas com o debate agricultura/desenvolvimento estão em DELFIM NETO, Antonio. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. 1966. No entanto, na tese, O problema do café no Brasil, 1959, já se encontram delineadas suas teses sobre o tema. CASTRO, A.B. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: Sete ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo, Forense, 1972. v.1, p.91.

A empresa agrícola se define, segundo a visão neoclássica, não estrutural, como uma empresa capitalista comum, o que automaticamente elimina grande número de problemáticas possíveis (...). As análises partem de situações de equilíbrio, e as políticas preconizadas, coerentemente com o modelo proposto apontam para a necessidade de atuar sobre os fatores que possam mudar positivamente as taxas de remuneração de capitais investidos.²⁸

Assim, torna-se evidente que a base teórica aos formuladores da crítica conservadora são as concepções da corrente neoclássica,* que utilizavam para explicar a realidade brasileira. Desta forma não apresentam uma teoria construída a partir das condições latino-americanas ou brasileiras. Trata-se de uma diferença importante em relação a seus opositores, cujas teses estão baseadas num esforço de construção de uma teoria "local", fundamentada no dual-estruturalismo.²⁹

Para os formuladores da crítica conservadora não havia necessidade de reformas estruturais no campo. O fundamental era promover uma "otimização e racionalização dos fatores de produção"³⁰ a nível macroeconômico com o objetivo de extrair do setor primário, o maior volume de capital possível, para financiar o crescimento industrial.** A transferência de renda deveria efetuar-se através do confisco cambial e pelo incentivo à exportação de produtos agrícolas, o que resultava na entrada de divisas. Além disso, a transferência de renda efetivada pela intensificação de processos que, para Delfim Neto, são os pressupostos básicos do desenvolvimento: o aumento da produtividade agrícola e a transferência da mão-de-obra da agricultura para os demais setores da economia.³¹

* As concepções teóricas neoclássicas são absorvidas em trabalhos de W.A. Lewis, T.W. Schultz, Y. Hayami e V. Ruttan, segundo CASTRO, A.C. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília, BINAGRI, 1979. p.49.

** Na atuação político-administrativa dos formuladores da crítica conservadora e transferência de renda da agricultura para a indústria efetivamente ocorreu. CASTRO, A.B. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília, BINAGRI, 1979. p.49, indica alguns autores que comprovam esse fato, como José de S. Martins, Albert Fislów, Antonio B. de Castro. Daí a base lógica para a utilização do crédito rural como mecanismo compensatório. Adiante volta-se ao tema.

Além de Delfim Neto outros nomes destacaram-se entre os formuladores da crítica conservadora. É o caso de Ruy Miller Paiva,* "chefe de fila de uma das mais importantes correntes conhecidas como 'modernizadoras' da agricultura."³² Ruy Miller Paiva tem como preocupação principal a adoção e difusão do progresso técnico na agricultura. Segundo ele, aquela adoção é um problema microeconômico do agricultor que levaria em consideração a vantagem econômica de adotar uma tecnologia ou não. Ao analisar a difusão do progresso técnico é que formula sua contribuição mais original. Defende a tese que o crescimento do setor não-agrícola é uma variável mais importante do que as tradicionais, como serviços de pesquisa, ensino, assistência técnica e crédito agrícola, para determinar as possibilidades de difusão do progresso técnico na agricultura dos países subdesenvolvidos. Para a difusão manter-se em processo de expansão contínua deve ocorrer um constante decréscimo da importância relativa da agricultura, que pode ser constatada pela participação do setor agrícola no PIB e PEA.³³

Caso estas condições não sejam satisfeitas, começa a se fazer presente um "mecanismo de autocontrole do setor agrícola,"³⁴ indicando que o processo de difusão da tecnologia moderna atingiu "um grau ótimo",³⁵ e qualquer tentativa de ultrapassar este ponto gerará graves problemas sociais, como desemprego no campo, pressão sobre o setor urbano, ação negativa sobre produtos que utilizam técnicas tradicionais.

A importância do trabalho de Ruy Miller Paiva foi exposta com muita clareza nesta passagem: "Pode-se dizer que o modelo de Paiva constitui um avanço no sentido de se compreender a modernização tecnológica também como um processo de penetração do capitalismo na agricultura."³⁶

Outro nome de destaque que pode ser incluído entre os formuladores da crítica conservadora é Antonio Barros de Castro. No entanto, esta inclusão não impede de constatar diferenças importantes em relação a outros autores que se fixam nos

*O texto fundamental é PAIVA, R.M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 1(2):171-234, dez. 1971. Uma atualização pode ser encontrada em *Setor agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense, 1976. 442p.

aspectos puramente econômicos. Ao contrário, nos esquemas explicativos de Antônio Barros de Castro, são considerados aspectos ligados ao processo histórico, à demografia, à estrutura social e outros.³⁷ Suas idéias sobre o tema estão expostas no ensaio "Agricultura e desenvolvimento no Brasil",³⁸ que data de 1969.

Naquele momento, a economia do Brasil estava sendo dirigida por alguns membros da crítica conservadora. Iniciava-se também um período em que sucederiam elevadas taxas de crescimento e que ficou conhecido como o "milagre brasileiro". É nessa conjuntura que são implementadas, na prática, as idéias formuladas nos meios acadêmicos. Essas idéias eram apreendidas pelos grupos que fornecem o respaldo político do governo. Depois de alguns anos em que as transformações no setor agrícola foram lentas, iniciava-se um período onde elas foram aceleradas.

No ensaio "Agricultura e desenvolvimento no Brasil", Antônio Barros de Castro depois de analisar se a agricultura exerceu suas funções clássicas durante o processo de industrialização brasileiro conclui afirmando que "visto pela perspectiva da agricultura, a industrialização apresenta (...) um elevado grau de autonomia."³⁹ Em outras palavras, no caso brasileiro "o processo de impulsão interdependente da agricultura e da indústria, que tão claramente se verificou em casos 'clássicos' de industrialização",⁴⁰ não ocorreu. Isso se deve à industrialização brasileira ter sido baseada no processo de substituição de importações, o qual prescindia da elevação da produtividade agrícola, pois não dependia da incorporação crescente do mercado consumidor, representado pela população rural. Além disso, como a maior parte das indústrias instaladas estavam baseadas em tecnologia capital-intensivas, fato por demais comprovado, que necessita de pouca mão-de-obra em relação ao capital investido, a liberação de mão-de-obra do campo não precisa ser feita com a intensidade observada nos casos clássicos de industrialização.

Com o esgotamento do modelo de substituição de importações observa-se a eclosão do debate agricultura/desenvolvimento. O ensaio de Antônio Barros de Castro significava sua integração à discussão. Assim, encontram-se no seu trabalho propostas de

como a agricultura poderia contribuir para a retomada do crescimento industrial. Analisam-se estas sugestões a partir da conjuntura da época. Afirma-se que a demanda por produtos industriais pelo setor primário poderia se dar de duas maneiras diferentes, solucionando um problema inicial das relações agricultura/indústria.⁴¹

Primeiro, através de uma concentração de rendas nas mãos dos grandes e médios proprietários, através dos serviços de crédito, aumento de produtividade dirigida e outros, que provocaria uma demanda por manufaturas modernas, com a consolidação de hábitos consumistas. Segundo, através de um programa de repartição e distribuição da terra dos latifúndios, melhorando sensivelmente o poder aquisitivo das massas rurais, que resultaria no crescimento da demanda por manufaturas tradicionais.*

Para resolver um segundo problema das relações agricultura/indústria, ou seja, do aumento da produção agrícola de alimentos e matérias-primas, sem se recorrer ao crescimento extensivo pela incorporação de novas terras e sim ao crescimento intensivo resultante do aumento de produtividade, Antônio Barros de Castro afirma que se poderia recorrer também a dois modelos "que, em princípio, se excluem, mas que podem ser tornados parcialmente complementares."⁴²

O primeiro modelo foi adotado historicamente pelos Estados Unidos da América. Baseava-se na formação de um setor de grandes e médios proprietários, com elevada capacidade financeira e apoio de programas e políticas governamentais, que provocariam amplas encomendas ao setor industrial de vanguarda que, no caso, eram as indústrias de tratores, motores elétricos, indústrias químicas e outras. Assim, o aumento de produtividade resultaria da forte utilização de máquinas, implementos e insumos modernos.

O segundo modelo baseava-se na experiência japonesa. O aumento de produtividade resultaria da utilização racional de

* LENIN, V.I., no início do século já afirmava que existiam duas formas de desenvolvimento do capitalismo no campo. Uma forma autocrática baseada na mecanização dos grandes latifúndios e a forma democrática através da destruição do sistema latifúndio/minifúndio, e o fortalecimento das médias propriedades. GUIMARÃES, A.P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.126.

implementos simples, arados, melhoria de sementes, adubos verdes e orgânicos, combate à erosão e espaçamento adequado. Trata-se de um padrão tecnológico diverso do modelo anterior baseado em indústrias modernas.⁴³

No caso brasileiro, em função do parque industrial instalado, baseado em indústrias modernas, só seria viável o aumento de produtividade, através do modelo americano aliado à manutenção da estrutura agrária, porque só assim se poderia estimular a produção industrial. Esta é a tese central do autor.*

A conclusão não é muito diferente daquela que os formuladores da crítica conservadora já haviam apontado e que naquele momento transformavam em atuação prática do governo. A partir do exposto, efetivamente, a modernização brasileira seguiu o modelo americano que, para os formuladores da crítica conservadora, foi resultado de uma determinação técnico-econômica mais do que política. Trata-se do modelo concentracionista analisado em diversos trabalhos,⁴⁴ que aliado às condições externas favoráveis provocou um acentuado crescimento econômico que, no entanto, segundo até mesmo documentos oficiais da época, não resultou numa melhora das condições sociais da maior parte da população brasileira.

Nesse contexto, convivendo com as transformações geradas pela adoção do modelo agrícola já desenvolvido nos Estados Unidos da América, uma nova "leitura" da questão agrária brasileira é esboçada. A corrente que se forma é indicada por M.Y. LINHARES & F.C.T. SILVA, como uma crítica radical às interpretações que permearam os anos 50 e 60, aí incluídos os participantes dos dois debates analisados aqui.⁴⁵

As diferenças básicas, que envolvem os dois momentos, referem-se em primeiro lugar a uma despolitização do debate dos

* Ao se estudar as transformações na agricultura havidas nos últimos anos a partir da visão que pode ter hoje, fica claro o aspecto simplista das concepções expostas. As transformações geradas pela integração ao Complexo Agro-Industrial ocorreu de forma bem mais complexa do que se indicava nos finais dos 60. WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo, Hucitec, 1986. p.18, toca nesse ponto, que se analisará no item que trata especificamente das transformações constatadas na agricultura.

anos 70, em relação aos dos 50 e 60. Além disso, na década de 70, os trabalhos são lastreados numa base empírica mais sólida. Em resumo, trata-se de um posicionamento defendido por um grupo de estudiosos ligados às universidades formando um corpo de pesquisadores especializados.⁴⁶

Pode-se afirmar que a crítica radical promoveu modificações na "tese capitalista" a partir "de um marco teórico mais sofisticado."⁴⁷ A linha adotada indica uma retomada do debate feudal/capitalista. Sobre este assunto escreve J. WILKINSON: "O debate sobre a questão agrária no Brasil durante a década de 1970 pode ser visto retrospectivamente, como uma tentativa de enfrentar a superação política e econômica, pós-golpe militar, do debate clássico 'feudalismo x capitalismo' dos anos 50 e 60."⁴⁸

As teses básicas da chamada "geração universitária" indicam que o capitalismo no Brasil é resultado da expansão do capitalismo mundial, que assume forma específica caracterizada pela dependência ou por ser periférico. Identificam manifestações de "atraso" na agricultura, mas que resultavam "não de uma sobrevivência colonial, mas sim, como uma refuncionalização dentro da própria racionalidade do capitalismo dependente."⁴⁹ Assim, as formas atrasadas não significavam um obstáculo ao desenvolvimento econômico na sua forma capitalista. Além disso, identificavam no Estado a instituição a que caberia favorecer a transferência de renda do setor agrícola para o setor industrial, viabilizando a acumulação capitalista.⁵⁰

Em trabalhos recentes,⁵¹ uma nova "leitura" crítica vem sendo feita das teses dos formuladores da crítica radical dos anos 70, o que fica claro no seguinte trecho: "Os principais autores que estabeleceram os termos desse debate, em nome de um ataque ao esquema dualista da tese 'feudal' e à sua imagem conservadora refletida na versão cepalina, substituíram este esquema por uma versão harmoniosa do mesmo dualismo."⁵²

Segundo essa tese, o "atraso" identificado no setor primário antes visto como um obstáculo ao crescimento industrial, aos formuladores da crítica radical, "(...)passou a ser encarado como pré-condição estrutural para a acumulação na indústria, aumentando a taxa de lucro pela redução nos custos do capital variável. Tratar-se-ia de uma variante particular às economias

não coloniais e não-imperialistas, da acumulação primitiva, substituindo a clássica expropriação dos meios de produção."⁵³

A "geração universitária", mesmo vivenciando as transformações que se operavam na agricultura na década de 70, insistiu em recorrer ao dualismo estrutural, porque faltou-lhes a consideração de uma categoria econômica relativamente nova, em especial no Brasil, que era o conceito de Complexo Agroindustrial.

E é da utilização deste conceito que surge uma nova abordagem, nova corrente, que trata da realidade agrária, a partir da consideração do conceito de Complexo Agroindustrial como subordinador das estruturas agrárias e de cada vez maiores contingentes de produtores. Denomina-se aqui de "integracionistas" ao grupo formado pelos autores e trabalhos, que se fundamentam nessa linha explicativa. A corrente integracionista produz seus trabalhos da constatação empírica das transformações geradas pela modernização, conseguindo se livrar de esquemas teóricos, como o dualismo estrutural, utilizados por interpretações anteriores.

A história da penetração do capitalismo no campo agora em sua fase monopolista confunde-se com a história do surgimento, expansão e consolidação no Brasil do Complexo Agroindustrial, criado a partir da evolução das economias capitalistas avançadas dos países desenvolvidos e "exportado" por uma política de transferências de capitais em busca de maior valorização nos países subdesenvolvidos.

Pode-se identificar no início dos anos 50 as primeiras iniciativas de implementar essa política no Brasil.⁵⁴ No entanto, só em meados da década de 60, a expansão do Complexo Agroindustrial no interior da economia, tende a transformá-lo no maior acelerador do processo de modernização da agricultura.⁵⁵

A consolidação do Complexo Agroindustrial, como categoria central na consideração da questão agrária no Brasil, vem promovendo uma unificação nos limites amplos das discussões. Na "geração universitária" esta tendência, hoje clara, aparece difusa. Isso vem provocando uma superação do fracionamento observados nos debates de 50 e 60, e, um pouco menos, na década de 70, que consideravam de forma prioritária, determinados aspectos específicos da questão agrária.

SUMMARY

The objective of the article is to analyse the debates and controversies about the Brazilian agriculture in these last thirty years. It was verified two discussions named "feudal-capitalism debate and agriculture-development" which had in the structural dualism the fundamental theoretical axle. Next we can notice in the last decade that Brazil overcame in a progressive way, starting from the consideration of an economical category which was been permitting a more comprised approach of the Brazilian agriculture evolution. It is a question of agri-industrial complex, which the primary section has been integrating and has generated accentuated transformations.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 IGLÉSIAS, F. Situação da história econômica no Brasil. *Anais de história*, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra de Assis, 2:47-64, 1970.
- 2 TOPALOV, C. *Estruturas agrárias do Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. p.70.
- 3 GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.95.
- 4 _____, p.95.
- 5 CASTRO, A.B. et alii. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília, BINAGRI, 1979. p.47.
- 6 _____, p.46.
- 7 _____, p.47.
- 8 LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. *História da agricultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.60.
- 9 PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. 6.ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. p.39.
- 10 _____, p.40.
- 11 CASTRO, et alii, p.47.
- 12 _____, p.47.
- 13 CASTRO, A.B. *Agricultura e desenvolvimento no Brasil*. In: _____, *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo, Forense, 1972. p.82.
- 14 TOPALOV, p.63.
- 15 CASTRO, v.1, p.79.
- 16 CASTRO, p.81. A referência é clara ao debate feudal/capitalista.

- 17 TOPALOV, p.9.
- 18 CASTRO, v.1, p.81.
- 19 LAFER, C. Plano Trienal de Desenvolvimento Economico e Social - 1963-1965. In: LAFER, B.M., org. Planejamento no Brasil. 2.ed. São Paulo, Perspectiva, 1973. p.51.
- 20 _____, p.51.
- 21 BRASIL. Presidência da República. Plano Trienal de Desenvolvimento Economico e Social - 1963-1965 - Síntese. Dez. 1962, p.126.
- 22 _____, p.128.
- 23 _____, p.160-1.
- 24 _____, p.194-5.
- 25 FURTADO, C. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p.107. Afirma que em diversas publicações de órgãos internacionais o latifundismo brasileiro tem sido qualificado de sistema de poder.
- 26 LINHARES & SILVA, p.59.
- 27 _____, p.61.
- 28 _____, p.60.
- 29 OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1981. p.11. Para o autor, só é possível uma crítica aos defensores do modelo distribuívita, que ele chama ético-finalistas, porque os defensores do modelo concentracionista, que ele denomina formuladores da "Teoria do crescimento do bolo", são menos repetidores dos "esquemas apreendidos nas universidades anglo-saxônicas sem nenhuma perspectiva crítica". Assim, ao tentar-se uma "crítica à razão dualista", reconhece-se a impossibilidade de uma crítica aos "sem-razão".
- 30 LINHARES & SILVA, p.61.
- 31 _____, p.67.
- 32 _____, p.65.
- 33 PAIVA, R.M. et alii. Setor agrícola no Brasil. Rio de Janeiro, Forense, 1976. p.24.
- 34 _____, p.24.
- 35 LINHARES & SILVA, p.65.
- 36 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Formação de capital na agricultura paranaense. Curitiba, IPARDES, 1979. p.21. Claus Germer é o coordenador do trabalho.

- 37 LINHARES & SILVA, p.65..
- 38 CASTRO, v.1, p.79-146.
- 39 _____, p.126.
- 40 _____, p.126.
- 41 _____, p.131.
- 42 _____, p.132.
- 43 _____, p.132.
- 44 FURTADO, 122 p.
- 45 LINHARES & SILVA, p.67. Os autores, de maior destaque formuladores da crítica radical são: José de Souza Martins, Maria Rita Loureiro, Octávio Guilherme Velho, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição d'Incao e Melo, Octávio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queiroz.
- 46 LINHARES & SILVA, p.67.
- 47 _____, p.67.
- 48 WILKINSON, p.15.
- 49 LINHARES & SILVA, p.68.
- 50 _____, p.68.
- 51 WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo, Hucitec, 1986, e, DELGADO, G.C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, Ed.da UNICAMP, 1985. 240p.
- 52 WILKINSON, p.15.
- 53 _____, p.15.
- 54 GUIMARÃES, p.295. Segundo o autor, o conceito de Complexo Agroindustrial surgiu na década de 1950 a partir dos trabalhos do Prof. Wassily Leontief.
- 55 SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p.32.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE COOPERATIVAS
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - UFPR

MONOGRAFIAS APRESENTADAS

- 1 ARAÚJO, Carlos Henrique de. Cooperativas agropecuárias e desenvolvimento rural. Curitiba, 1988. 91 p.
- 2 BOUFLEUER, Valmo José. Educação cooperativista; formas de integração do associado. Curitiba, 1988. 66 p.
- 3 CERNECK, Nilo Urbano. História e evolução da Copacol. Curitiba, 1988. 49 p.
- 4 COSTA, Sergio. Educação e integração cooperativista, como uma das soluções para o conflito intercooperativas na área de ação e atuação no Cone Sul do Mato Grosso do Sul. Curitiba, 1988. 141 p.
- 5 COUTO, Eduardo Andrade. Atuação e perspectiva das cooperativas na região cacauzeira da Bahia. Curitiba, 1988. 93 p.
- 6 LIMA, Marcos Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho. O cooperativismo paranaense; bases históricas na sua relação teoria-prática. Curitiba, 1988. 74 p.
- 7 PACINI, Valdir. Avaliação de desempenho dos funcionários de cooperativas: relações entre desempenho, potencial e salários. Curitiba, 1988. 101 p.
- 8 SANTOS, Paulo Sérgio Santana. Cooperativa de crédito; razões para sua constituição. Curitiba, 1988. 40 p.

NORMAS EDITORIAIS

A colaboração, em forma de artigos originais, comunicações, notas prévias, notícias de pesquisas, resenhas bibliográficas, deverá:

1. ser inédita. Em casos especiais será aceita a publicação simultânea em revista estrangeira;
2. as notas e comunicações deverão ter dimensões reduzidas, podendo constituir-se em modelos econômicos sobre assuntos específicos, comentários de artigos publicados na Revista e debates sobre assuntos da área de publicação. As resenhas de livros limitar-se-ão a um máximo de três páginas datilografadas;
3. ter assunto ligado à economia, administração ou contabilidade;
4. trazer título que corresponda, de maneira clara, à idéia geral do artigo;
5. ser redigida em língua portuguesa, com extensão máxima de 30 páginas, em três vias datilografadas em uma só face do papel, espaço duplo, com margem de três centímetros e numeração no canto superior direito;
6. tabelas e gráficos devem ser apresentados em papel branco, com as respectivas legendas datilografadas e fontes completas, acompanhadas da indicação de sua localização no texto;
7. apresentar um resumo de no máximo 200 palavras, preferencialmente em inglês.
8. seguir as normas da ABNT (NB-66) relativas a referências bibliográficas e notas de rodapé. As normas da ABNT podem ser encontradas nas Normas para apresentação de trabalhos, da Biblioteca Central da UFPR e no volume 13, número 10, da Revista de Economia, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR. As referências bibliográficas deverão ser reunidas no fim do texto, em ordem alfabética;
9. apresentar, em folha à parte, devidamente numeradas, as notas de rodapé; a numeração deverá ser consecutiva para todo o artigo;
10. todos os trabalhos apresentados à Revista serão julgados pelo Conselho Editorial, que poderá sugerir modificações aos autores;
11. a remessa dos originais à Revista implicará na autorização de publicação, não sendo devolvidos os originais não publicados;
12. incluir, em folha à parte, assinada, informação sobre a situação acadêmica do autor; quando necessários, esclarecimentos sobre o trabalho.

OBSERVAÇÕES

- I. Quando não forem seguidas corretamente as normas acima, o Conselho Editorial poderá solicitar a correção dos trabalhos.
- II. Os comentários sobre artigo publicado na Revista serão enviados ao autor do artigo, com direito a réplica no mesmo número ou em números posteriores.
- III. A Revista de Economia não se responsabiliza pela opinião emitida pelos autores.
- IV. Os trabalhos e a correspondência devem ser enviados à: REVISTA DE ECONOMIA
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR
Rua Dr. Faivre, 405 - 1º andar
80000 - Curitiba - Paraná - Brasil